



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**ITAMAR ROGÉRIO PEREIRA GAUDÊNCIO
ANDERSON RODRIGO TAVARES SILVA (ORG.)**

**PRÁTICAS COTIDIANAS
NAS URBS AMAZÔNICAS:**

**REFLEXÃO SOBRE LAZER, SEGURANÇA
PÚBLICA E SOCIABILIDADES**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

**Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
Anderson Rodrigo Tavares Silva (ORG.)**

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**PRÁTICAS COTIDIANAS
NAS URBES AMAZÔNICAS:
REFLEXÃO SOBRE LAZER,
SEGURANÇA PÚBLICA E
SOCIABILIDADES**


Editora
CABANA

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

Pablo Escobar muerto de Fernando Botero, 2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Práticas cotidianas nas urbes amazônicas: reflexão sobre lazer, segurança pública e sociabilidades / Organizadores: Itamar Rogério Pereira Gaudêncio e Anderson Rodrigo Tavares Silva. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-994185-9-4

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Prática de ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Ailton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

Apresentação: Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....	8
Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes	
Apresentação.....	11
Itamar Rogério Pereira Gaudêncio Anderson Rodrigo Tavares Silva	
Polícia guerreira ou cidadã? Reflexões sobre a construção da identidade histórico-social da Polícia Militar do Pará a partir do cotidiano da APM “Cel Fontoura” (2005-2008).....	12
Itamar Rogério Pereira Gaudêncio	
Pelas ruas da cidade: polícia do trânsito e circulação urbana em Belém nas décadas de 1950 e 1960.....	24
Anderson Rodrigo Tavares Silva	
Possibilidades e limites na implantação da filosofia de policiamento comunitário: Estados Unidos, Colômbia, Brasil.....	36
Paulo Henrique Matos de Jesus	
Grêmio desportivo combatentes: o futebol na reintegração dos veteranos da FEB no Pará (1951 – 1973).....	49
Lucas Carnevale Machado	
O lazer na Terra Firme: direito, realidade e possibilidades.....	62
Sidnei Correa de Souza Helena Doris de Almeida Barbosa	
O subúrbio belenense em tempo de festa: lazer, segurança pública e espacialização festiva em meados do século xx.....	77
Elielton Benedito Castro Gomes	

A trajetória política de Iza Cunha.....	91
Sandra Regina Alves Teixeira	
Memórias escolares na medida socioeducativa em Belém do Pará nos anos de 2007 e 2010.....	101
Érika Viviane Barbosa Akel Fares	
O cinema e o ensino de história na socioeducação: uma experiência no centro socioeducativo feminino.....	112
Helison Geraldo Ferreira Cavalcante	
Sobre os Autores.....	126

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

APRESENTAÇÃO

**Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
Anderson Rodrigo Tavares Silva**

Os trabalhos publicados buscam refletir e problematizar os conceitos de lazer, cidade e Segurança Pública em sua construção histórico-social destacando o processo de Territorialização que se apresenta nas cidades amazônicas ao longo do século XX.

O debate histórico sobre Segurança Pública possibilita a criação de políticas públicas de segurança relacionadas à dinâmica de memórias, identidades, práticas nas cidades da região e as novas relações socioambientais qualificadas que sinalizam o direito à cidade, à natureza e o desenvolvimento sustentável.

Estes diálogos suscitados durante o simpósio abarcam um campo interdisciplinar, ampliando-se a todos os pesquisadores de ciências humanas, jurídicas e afins que percebem as cidades amazônicas como lócus de reflexões e análises sobre suas constantes transformações urbanas e sociais no mundo contemporâneo.

**POLÍCIA GUERREIRA OU CIDADÃ? REFLEXÕES SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICO-SOCIAL DA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ A PARTIR DO COTIDIANO DA
APM “CEL FONTOURA” (2005-2008)**

Itamar Rogério Pereira Gaudêncio¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender de maneira inicial a construção de uma identidade cultural policial militar paraense no início do século XXI a partir da análise dos vários significados de determinados símbolos, rituais e objetos representados através de imagens e documentos que apresentam a força militar policial constituída no Pará desde o século XIX e sua representação no presente.

O trabalho foi construído a partir do seguinte problema: qual a identidade cultural Policial Militar é fortalecida no início do século XXI a partir dos rituais militares entre os anos de 2005 e 2008, na Academia de Polícia Militar do Pará “CEL FONTOURA”, a Polícia Guerreira ou a Polícia Cidadã?

Procurou-se construir uma análise sócio histórica comparada da PMPA a partir das fontes que retratam o dia-a-dia dos Alunos-Oficiais no ano de 2005 a 2008, como as canções da Academia e da Polícia Militar, além de documentos que mostram a construção

¹ Doutor em História pelo PPHIST/UFGA; MAJOR da PMPA; Professor da disciplina História da Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar “Cel Fontoura”-APM/Instituto de Ensino e Segurança do Pará-IESP No Curso de Formação de Oficiais e da Escola Superior Madre Celeste- ESMAC nos Cursos de História e Direito. Coordenador do ST 18 - Práticas cotidianas nas urbes amazônicas: reflexão sobre lazer, segurança pública e sociabilidades. itamargaud@gmail.com

histórica de uma identidade policial militar voltada para o caráter bélico em disputa com às características democráticas recentes no âmbito nacional.

A reflexão sobre as fontes citadas nos levam a considerações sobre uma identidade cultural que lembra um passado histórico-social de participação em guerras externas e de manutenção de uma ordem interna que normalmente beneficiava as elites locais tanto no Império, como na República brasileira.

Debate conceitual: identidade e o método comparativo

Sobre a construção de uma identidade coletiva, Damatta (1997, p. 18) atesta que é possível discutir as peculiaridades de nossa sociedade através da análise dos rituais do carnaval, das procissões e da malandragem, especificidades culturais que contribuem para a construção de uma identidade coletiva do brasileiro, que cria uma zona de encontro e mediação, uma nova rotina que deve ser repetida ou inovada, onde os problemas são esquecidos ou enfrentados, isto é, são criadas regiões onde renasce o poder do sistema e ao mesmo tempo se pode colocar o mundo de cabeça para baixo.

Para Franco Júnior (2007 p. 316) a construção da identidade coletiva do brasileiro está relacionada à improvisação, golpes de sorte e esforço concentrado em períodos curtos, isto é, a preferência do público futebolista brasileiro pelo campeonato de futebol feito em mata-mata demonstra este tipo de construção cultural coletiva, apesar das individualidades dos sujeitos sociais.

Segundo Detienne (2004), o método comparativo construtivo amplia a possibilidade de entendimento de diversos fatos históricos, uma vez, que, o campo

comparativo se estende, a perder de vista, propondo que é sim possível “comparar o incomparável”, ou seja, fatos que não são necessariamente do mesmo tempo e espaço, mas, que segundo Detienne são possíveis de comparação.

Para Muniz (2001) a crise de identidade das Polícias Militares brasileiras a partir de uma análise, principalmente da Polícia Militar do Rio de Janeiro, mostra que a nova geração de Oficiais da Polícia Militar engrossa o coro pela reforma policial que estabelecerá um novo padrão educacional, onde o policial militar priorizaria o seu trabalho com a comunidade.

No caso paraense, a manutenção destas práticas educacionais na formação do Policial Militar apenas reforça um caráter positivista do trabalho militar conservador, como afirma Carmo (2007, p. 33), na sua pesquisa sobre a fenomenologia e a educação Policial Militar.

Em relação ao Pará, OLIVEIRA NETO (2004, p. 21) destaca que o espírito autoritário e repressivo da segurança pública brasileira não é recente. Suas origens remontam à criação da instituição Intendência Geral de Polícia, em 10 de maio de 1808, no Rio de Janeiro, devido à transferência da família real portuguesa para o Brasil.

O Mito Fundador como identidade cultural

O início do século XIX no Brasil é bastante conturbado, a chegada da família real portuguesa provoca uma série de modificações nas atividades do Brasil colonial que não atingem somente o Rio de Janeiro, a cidade escolhida para ser a capital do Império Português. (Souza, 2000, p.p. 11-13).

Para Brito (2002) os escravos fugidos e os desertores eram as principais preocupações para as autori-

dades do início do século XIX, notadamente nos conturbados momentos políticos da década de 1820 que se tornou evidente com a adesão do Pará as cortes em 1821, depois a independência em 1822 e sua posterior adesão em 1823.

O recrutamento de tropas auxiliares para manutenção da ordem interna existia desde o período colonial no Grão-Pará, como afirma Nogueira (2002) em seu artigo sobre a estrutura militar no Pará setecentista.

A força policial que conhecemos hoje é um artefato do próprio Estado moderno, que tem sua base no Brasil a partir da criação da Guarda Real de Polícia em 1809, por D. João. Esta polícia era um exército que travava uma guerra permanente contra os chamados “grupos perigosos”. (Holloway, 1997. p. 43-45.).

Para Holloway (1997) a Polícia Militar vai aparecer no Rio de Janeiro em 1831 com esta nomenclatura, porém, a sua origem e inclusive seus métodos estão intimamente ligados a Guarda Real, tanto que no emblema da Polícia carioca a data oficial de criação da PMERJ é a mesma da Guarda Real, ou seja, o ano de 1809 é decisivo para utilização do termo Polícia, tanto no Rio de Janeiro, como em outras Províncias.

Seguindo está análise, no transcorrer do ano de 1817, na capitania do Grão – Pará, durante o Governo do Conde Vila Flor, predominava um contexto de disputas políticas e sociais que propagavam o liberalismo, tem-se a pedido do governador provincial a solicitação da criação de um Corpo de Cavalaria de Linha, que é aceito pelo Rei D. João VI. O governador tentava controlar os setores populares através de recrutamentos e de uma vigilância policial efetiva.

Decreto de 12 de setembro de 1817

Crêa um corpo de cavallaria de linha na Capitania do Pará.

Tendo em consideração ao que me representou o Conde Villa Flor que tenho nomeado Governador

e Capitão General da Capitania do Pará, sobre a necessidade de haver alli um Corpo de Cavallaria de linha [...]

Palácio do Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1817.

Com a rubrica de sua Magestade. (*Collecção de leis do Brazil de 1816*, 1890. p. 55.)

Conformando lhe com a proposta, que o Conde de Vila Flor, que tenho nomeado Governador capitão general da capitania do Pará, dirigio a minha real presença, em consequência do que por mim lhe foi ordenado, sou servido promover para servirem o Corpo de Cavalaria de Linha da Capitania do Pará, creado por decreto da data de hontem, os Officiaes constantes da relação inclusa (...) Palácio do Rio de Janeiro em treze de outubro de 1817(...). (*Oficio do dia 13 de setembro de 1817. Códice 704*. Cit. Doc. 48)

As fontes destacam a criação de um Corpo de Cavalaria de Linha, que pelas evidências do contexto histórico local e brasileiro estavam sendo criadas como forças milicianas pautadas no padrão europeu pregado por D. João VI a sua Guarda Real de Polícia.

Por isso, a construção de uma identidade cultural da Polícia Militar do Pará em torno da comemoração de aniversário de 190 anos passa muito mais por aspectos de manutenção de uma tradição política, no sentido da data de sua criação, do que pesquisa histórico-social, pois, o próprio BAENA (1969) em seus “Compêndios das Eras”, não define uma data específica de criação de um Corpo de Polícia em Belém do Pará. A narrativa histórica de BAENA (Idem) nos possibilita perceber o período de 1817 e 1820 como o momento histórico onde é criado um grupo de milicianos legitimados pelo Estado na figura do Conde de Vila Flor.

Essa ideia nos apresenta como ocorriam os trabalhos das forças militares locais no período a partir da análise das fontes que permitem recuperar uma fra-

ção das mentalidades dos sujeitos sociais na capital do Pará na primeira metade dos oitocentos. Conforme se percebe na correspondência citada abaixo:

[Para o] Capitão de [Milícias] do Rio Moju

[Re meto a] Vossa Mercê a representação junta, que me dirigio o juiz do julgado Manoel Ant^o da Cunha, para que Vossa Mercê me informe com toda verdade sobre o seu contheudo.

Deos Guarde a Vossa Mercê para 15 de janeiro de 1818 [sinal público] Conde de Vila Flôr [sinal público] Senhor Luíz José Sabino. (*Correspondência dos governadores com diversos do dia 15 de janeiro de 1818. Códice 693. Cit. Doc. 125.*)

A correspondência do Conde Vila Flor direcionada aos grupos de Milícias, no primeiro mês de 1818 no Moju, revela indícios dos contatos que existiam com esses milicianos que faziam a segurança no âmbito provincial, servindo de base para se analisar o período, que destaca como o governador controlava as milícias, e os possíveis problemas repassados por autoridades locais. Como no ofício que Vila Flor manda para o coronel do Marajó pedindo mais homens para atuar na capital da província do Grão-Pará em 10 de janeiro de 1818. (*Idem, Códice 693. Cit. Doc. 122.*)

O contexto histórico dos primórdios da Polícia Militar do Pará, Filho (2006), destaca o período de 1822 a 1831 como o momento que revela o início da Polícia Militar no Pará, o autor não leva em consideração as fontes sobre a criação do Corpo de Cavalaria Miliciano em Belém, cinco anos antes do início do seu recorte histórico, apesar de utilizar Holloway (1997) para afirmar que polícia organizada e profissional surge no Brasil a partir de 1809, como já foi destacado.

Este debate de Filho (2006, p.13) nos leva a pensar que não houve em seu trabalho uma análise de possibilidades em outras fontes num período que foi negligenciado, que vai de 1809 até o ano de 1817.

Segundo Le Goff (Apud BLOCH, 1993, p. 13) essa análise da relação entre o passado e o presente nos possibilita estudar o processo de historicidade de um determinado fato histórico na sociedade. No caso, estudar os mitos de Fontoura, da criação da Polícia Militar, dentre outros, nos parece à chave para a compreensão de muitos dos problemas atuais, como a improvisação no trabalho e muitas vezes as acusações de autoritarismo interno e externo.

Fontoura e o debate sobre identidade na PMPA.

(...) Academia de Fontoura tu és berço
Onde nascem valorosos Oficiais,
Que a PM com orgulho servirão
Mantendo suas tradições e ideais
Cadete herdeiro de nobre missão
Segue firme o seu destino de glórias
Desta escola, o ensino e exemplos(...)²

(...) Teus soldados heróicos e destemidos
Quer na paz ou na guerra feroz,
O Brasil, o Pará, hão de honrar,
O teu nome exaltar,
E a luta cessará, Teu pavilhão mais uma vez tremulará
O teu nome está gravado na história,
E ligado ao de um bravo e grande herói,
Que em canudos cobriu-se de mil glórias
Salve Fontoura, o precursor da vitória!(...)³

² Letra da Canção da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”, onde são formados os Oficiais da Polícia Militar do Pará. C.f. Manual do Aluno Oficial. Curso de Formação de Oficiais da PMPA-2008. p. 40.

³ Letra da Canção da Polícia Militar do Pará. Idem. p. 45.

[...]Recordamo-la hoje, na sua grande atuação em Canudos, disciplinada e ensangüentada, heróica e entusiasta, brava e generosa, sendo a primeira a surgir na vanguarda do combate de 25 de setembro de 1897 e a última a recuar nas ordens de retirada. [...]⁴

Observando as fontes explicitadas anteriormente, se torna evidente a importância da representatividade da guerra de canudos para a estruturação de uma identidade coletiva forjada a partir de uma ideologia militar de “Polícia guerreira” com características de um Exército estadual.

O Mito de criação é superado por uma vitória numa guerra contra sertanejos da Bahia, nos quais várias Polícias Militares foram mobilizadas e pela figura do herói típico dos discursos do período Republicano, no caso da PM paraense o Coronel Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura⁵.

A canção da Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura” retrata bem o discurso de disciplina e dedicação que os Alunos-Oficiais devem possuir quando se voltam para a busca do Oficialato. A ideologia da formação passa por esse ícone histórico como é destacado no final da referida canção.

Segundo Mattos (2008, p.p. 66-71) a criação de mitos e heróis no Brasil faz parte de um processo de construção de uma identidade coletiva que pode ser percebido a partir da visão clássica da independência do Brasil.

A reverência a Fontoura têm o significado de perpetuar a figura do herói republicano, que foi solidificado como um ícone Institucional, que representaria

⁴ Ibidem p.4.

⁵ O Mito de criação é superado por uma vitória numa guerra contra sertanejos da Bahia, nos quais várias Polícias Militares foram mobilizadas e pela figura do herói típico dos discursos do período Republicano, no caso da PM paraense o Coronel Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura .

a construção da identidade da Polícia Militar do Pará, no decorrer dos primeiros anos da República no Brasil.

Na canção da Polícia Militar do Pará a ênfase a Canudos como um grande momento desta Instituição é evidenciada pela exaltação direta a “Cel. Fontoura”, que além de ter seu nome destacado com o da Instituição que forma os Oficiais no Pará, é glorificado por suas ações contra os sertanejos de Conselheiro. Esses rituais fazem parte de um processo que reinventa o plano social e a sua mais profunda realidade, já que, o culto a Fontoura e suas ações além de representar um momento de criação de um herói republicano, busca uma resposta social dos sujeitos que transformam as características específicas de cada indivíduo em caráter coletivo, servindo de alicerce para ideologia dominante e que hoje podem ser baseados numa Polícia Militar profissional, Pública na prestação de serviço à coletividade e legítima socialmente, ideias defendidas por Bayley (2002).

Sobre esta contradição histórico-social na construção cultural de uma identidade coletiva, Oliveira Neto (2004, p. 73) analisa como um fator ligado à tentativa de reformulação da Polícia Militar do Pará, hoje dita integrada, baseada no modelo militar que exalta as características repressivas apesar do discurso de paz social e cidadania.

Como exemplo dessas ações, tem-se a comparação com o caso de Eldorado dos Carajás (*CAROS AMIGOS*, 2002)⁶, como sendo um dos momentos onde a ação policial se baseou num passado que o cumprimento da lei era seguir as determinações das autoridades constituídas.

⁶ Muitos autores comparam a ação da PMPA em Canudos, no final do século XIX com a que ocorreu em Eldorado dos Carajás em 1996, no sentido de refletir uma ideologia militar de caráter bélico que mesmo no final do século XX ainda persistia no âmbito institucional. C.f. Revista Caros Amigos, ed. Especial. abril de 2002.

Considerações finais

Essa representatividade histórico-social da figura do Coronel Fontoura para a Polícia Militar do Pará tem uma ligação muito próxima com a proclamação da República, e provavelmente estava relacionada a interesses políticos da época, conforme Rocque (2001, p. 79).

Portanto, o Mito de Fontoura na Corporação Polícia Militar do Pará evidencia a construção de uma identidade coletiva, onde cada ritual realizado no dia 25 de setembro de todos os anos se torna perceptível a hierarquização e o papel de cada sujeito social.

A exaltação de uma ideologia dominante belicista nas construções culturais internas refletem nas atitudes de cada membro da Corporação Oficiais ou Praças, ações que não são respaldadas por uma Polícia Militar de proximidade com os diversos setores sociais, conforme os valores democráticos.

É preciso ressignificar os rituais que explicam como a instituição agiu com relação à população pertencente às camadas sociais menos abastadas numa determinada época, e que somente pode ser mudado com quebra de paradigmas de identidade cultural coletiva que perpassa pela reflexão sobre cada símbolo e ritual existentes na Instituição voltados a defesa da causa pública e da Democracia.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR. Manual do Aluno Oficial. Curso de Formação de Oficiais da PMPA-2008.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Ofício do dia 13 de setembro de 1817. Códice 704. Cit. Doc. 48.

_____. Correspondência dos governadores com diversos do dia 10 de janeiro de 1818. Códice 693. Cit. Doc. 122.

_____. Correspondência dos governadores com diversos do dia 15 de janeiro de 1818. Códice 693. Cit. Doc. 125.

Anais do Arquivo Público do Pará. – Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo, APEP, 1995.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compêndio das eras da Província do Pará. Belém: UFPA, 1969.

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2002.

BRITO, Adilson Júnior Ishara. A desordem na ordem: A soldadesca e os lugares comuns de convívio das “classes perigosas” na Independência do GRÃO – Pará (1820-1823). In: Terra Matura: Historiografia e História social na Amazônia. José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, organizadores. Belém: Paka-tatu, 2002.

CARMO, Leno Marcio Barros do. Fenomenologia e Educação Policial: uma Proposta de Interação. Monografia de Especialização. Gestão Estratégica em Defesa Social. Belém: Universidade do Estado do Pará. 2007.

COLLEÇÃO DE LEIS DO BRAZIL de 1816. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p.p. 55-56.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: 6ª edição, Rocco, 1997.

DETTIENE, Marcel. Comparar o incomparável. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

FILHO, Amaro Sebastião Leonídio. A Polícia no Grão-Pará (1822-1831). Monografia. Ananindeua: ESMAC, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco Castro Azevedo. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra; trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MATTOS, Cláudia Valadão. A invenção do grito. Revista História viva. Setembro de 2008, n° 59, p.p. 66 – 71.

MUNIZ, Jacqueline. A crise de identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. Artigo publicado pela Universidade Candido Mendes em 2001.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. A estrutura militar no Grão Pará. In: Terra Matura: Historiografia e História social na Amazônia. José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, organizadores. Belém: Paka-tatu, 2002.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. Vinho velho em odres novos: uma análise da experiência de integração da segurança pública no Pará (1995 – 2004). Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2004.

Revista Caros Amigos. A hora da justiça: massacre de eldorado dos carajás. Ed. Especial. Abril de 2002.

RODRIGUES, Giovanni. DE CASTRO, Clebson Maciel. RODRIGUES, Josiene Meneses Fontenelle. SILVA, Paulo Renato de. Manual Acadêmico de Ordem Unida. Disciplina Ordem Unida, CFO PM, Marituba: APM/IESP, 2006.

ROQUE, Carlos. História Geral de Belém e do Grão-Pará. Belém: Distribel, 2001.

SOUZA, Iara Liz de Carvalho. A independência do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

**PELAS RUAS DA CIDADE: POLÍCIA DO TRÂNSITO
E CIRCULAÇÃO URBANA EM BELÉM
NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

Anderson Rodrigo Tavares Silva¹

Guiava um pequeno triciclo com bagageiro e, ao ver os pássaros, pedalou mais forte, como se os perseguisse, tomado por uma fantasia de caçador (...) e andando assim, com os olhos grudados nos pássaros que voavam, achou-se no meio de um cruzamento, com o sinal vermelho, entre os carros, e por pouco não foi atropelado. Enquanto um guarda com a cara roxa anotava o nome e o endereço dele na caderneta, Marcovaldo buscou ainda com o olhar aquelas asas no céu, mas tinham desaparecido (CALVINO, 1994, p. 19).

Em “Marcovaldo ou As estações na cidade” (1963), o escritor italiano Italo Calvino apresenta de forma cômica e ao mesmo tempo melancólica o árduo cotidiano do carregador Marcovaldo numa cidade “imaginada”, na qual mal despertava o dia e “ao redor se atropelavam os bondes, os caminhões das feiras, os carrinhos-de-mão, pequenos furgões, e os operários em suas bicicletas motorizadas que corriam para as fábricas” (CALVINO, 1994, p. 17). Mesmo sendo “imaginada”, a cidade parece tão real aos olhos do leitor que logo nos perguntamos se viver numa grande cidade na década de 1960 era do jeito que nos apresenta este escritor.

Ao destacar os problemas enfrentados por alguém que possui um olhar “pouco adequado para a

¹ Professor de História e Estudos Amazônicos da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Professor do Curso de Licenciatura em História da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA): rodrigo_atilva@yahoo.com.br

vida da cidade”, pois Marcolvaldo nunca atentava aos “avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção” (CALVINO, 1994, p. 7), Calvino nos permite identificar algumas questões que foram acentuadas (ou mesmo surgiram) a partir de uma segunda leva de grandes mudanças no espaço urbano, pelas quais muitas cidades passaram durante o período pós-guerra.

Segundo Reinaldo Lohn, “a historiografia brasileira tem se detido com muita eficiência nas políticas de reordenamento de espaços e condutas nas cidades nas duas primeiras décadas do século XX” (2007, p. 300). No entanto, cabe também efetuar uma reflexão “sobre as transformações urbanas no pós-guerra no Brasil” (2007, p. 300). Lohn aponta que as reformas, o crescimento imobiliário e a expansão dos investimentos capitalistas, fenômeno comum em várias cidades brasileiras a partir dos anos de 1950, não vêm despertando o mesmo interesse entre os historiadores.

A partir disso, este artigo tem como principal objetivo investigar algumas questões relativas a este cenário de mudanças no espaço urbano de Belém, o qual apresenta novas características a partir do terceiro quartel do século XX (FONTES, 2002; CHAVES, 2016). Mas precisamente, analisar a dinâmica da circulação de pessoas em Belém durante as décadas de 1950 e 1960 a partir de algumas ações desenvolvidas pela Delegacia Estadual de Trânsito (DET). A partir da análise crítica de alguns jornais de grande circulação na capital paraense, de memorialistas e de processos-crime, busca-se examinar alguns problemas decorrentes das novas formas de transitar pela cidade numa época de grandes transformações em seu espaço urbano.

Edilza Fontes (2002) aponta que o contexto dos anos 1940 e 1950 é lembrado por seus entrevistados como um período de intervenção crescente da prefei-

tura e do Estado na ordenação do espaço urbano de Belém. Ao citar o exemplo das obras de construção da “Estrada Nova”, o alargamento da rua teria tornado imperativo aos seus moradores “arredar as casas” ou mesmo “desmancharem as casas para construírem em outro local definido pela prefeitura”. Assim, a “ordem da prefeitura” era para que os moradores não “atrapalhassem” a chegada do progresso. “O Estado iria precisar do espaço, a estrada seria larga e os órgãos públicos começavam a interferir na ordenação do espaço urbano da Condor” (2002, p. 207). No limite, teria sido um período em que a “prefeitura abriu as ruas e disciplinou a construção das casas” (2002, p. 206) em bairros mais afastados da área central.

Edilza Fontes também destaca que a não existência de serviços públicos como água encanada, tratamento do esgoto ou energia elétrica influenciava na escolha do lugar onde se construiria a casa. Porém, existia um elemento insubstituível: “o transporte coletivo”. Pois, “a água encanada poderia ser substituída pelo poço, o esgoto pela fossa, a luz elétrica pelas lâmparas, mas o transporte era imprescindível para a organização do capital”. Portanto, de acordo com Fontes, “o transporte vai ser encarado como uma questão social nos anos 1940” (2002, p. 215).

Ainda assim, de acordo com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, até a primeira metade da década de 1950, “havia 16 linhas de ônibus em atividade em Belém”, as quais ainda “funcionavam sem qualquer regulamento ou mesmo amparo legal”. Teria sido somente em 1955 que o então “delegado de trânsito, Milton Dantas, convocou as empresas” com o objetivo de apresentarem sugestões a fim de serem estabelecidas pelo “Conselho Regional de Trânsito as concessões para as operações das referidas linhas” (2013, p. 22).

No início da década de 1950, um conjunto de leis municipais buscou dar novo impulso à política de disciplinarização dos usos dos espaços e equipamentos urbanos de Belém. No dia 14 de agosto de 1950 foi promulgada a Lei Municipal nº 1.136, estatuindo o novo Código de Posturas Municipais de Belém. O código continha “as medidas de polícia administrativa a cargo do município de Belém, estabelecendo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1957, p. 33). Ao longo dos anos 1950 e 1960, os cronistas Pedro Santos e Nilo Franco, do jornal *A Província do Pará*, efetuarão inúmeras críticas ao que consideravam um incipiente cumprimento deste código, tanto da parte de seus munícipes quanto dos órgãos da administração pública municipal e estadual.

Pedro Santos em uma de suas crônicas sobre “os problemas da cidade”², efetua uma crítica à construção de um posto de gasolina no Largo do Carmo em 1954. Apontando que, além de prejudicar a estética da praça, o posto não obedecia às exigências do Código de Posturas, pois oferecia um grande perigo às “centenas de crianças e jovens que frequentam as aulas do conceituado Colégio Salesiano que funciona nas proximidades”³. Em contrapartida, o cronista descreve que “a cidade está cheia de postos de gasolina (...). Em cada esquina encontra-se um”⁴. Apontando o crescimento do número de postos como um sinal de progresso e desenvolvimento de Belém.

As crônicas mais recorrentes desta coluna foram dedicadas ao problema do tráfego urbano, especialmente à questão dos transportes coletivos. O Código de Posturas Municipal de 1950 estabelecia ser compe-

² *A Província do Pará*. Belém, 21 out. 1954, p. 2.

³ *A Província do Pará*. Belém, 06 jul. 1954, p. 2.

⁴ *Idem*, p. 2.

tência da Prefeitura a regulamentação dos transportes coletivos. Sendo sua responsabilidade relacionar os itinerários, o número de veículos a ser posto em circulação, o preço das passagens, o número de viagens por dia e horários das partidas e chegadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1957, p. 87). No entanto, a Prefeitura não possuía um órgão responsável pela regulação dos transportes coletivos municipais. Coube à Delegacia Estadual de Trânsito (DET) exercer o papel de órgão disciplinador do tráfego de transportes coletivos e demais veículos em Belém ao longo das décadas de 1950, 1960 e primeiros anos da década de 1970.

Durante a administração do Prefeito Celso Malcher (1953-1957) a questão do trânsito se tornará ainda mais recorrente nas páginas dos jornais por conta da implantação do polêmico “Plano de circulação” de 1954, elaborado pelo então Delegado do DET, Milton Dantas, após uma viagem ao Rio de Janeiro “onde foi estudar o problema do trânsito”⁵. O “Plano” consistia em retirar o tráfego de coletivos de algumas ruas do centro de Belém consideradas estreitas e, portanto, inadequadas para receber este tipo de veículo, especialmente a Rua João Alfredo. Os ônibus passariam a circular apenas pelas avenidas em torno do bairro, como a Boulevard Castilho França, a Avenida 15 de Agosto (atual Avenida Presidente Vargas) e a Avenida Portugal, por serem consideradas “mais largas”.

No entanto, o plano não foi bem recebido pelos comerciantes, os quais reclamaram da diminuição do movimento de fregueses na João Alfredo. E foi também criticado pelos leitores da coluna “Crônica da cidade”, que enviaram diversas cartas reclamando: da mudança nos itinerários do ônibus sem divulgá-los à população, das grandes distâncias entre as paradas de ônibus, da falta de cobertura nas paradas, da diminuição do

⁵ A Província do Pará. Belém, 26 jan. 1954, p. 2.

número de ônibus e não cumprimento do itinerário durante a noite⁶, e até das “imoralidades coladas nos para-brisas dos coletivos”⁷, como “fotografias de mulheres nuas”⁸.

Os cronistas deste jornal, não eram contrários ao “plano de circulação”. No entanto, ao longo do ano de 1954, publicaram inúmeras crônicas dedicadas a criticar a incapacidade do DET em fazer as empresas de ônibus cumprirem o que havia sido estabelecido no início do ano. Além disso, este período será marcado por momentos de tensão entre a população e os donos das empresas de ônibus. Primeiro, quando da greve de oito dias promovida pelos donos das empresas de ônibus com o intuito de pressionar o Prefeito a autorizar o aumento das passagens de um para dois cruzeiros, no mês de março⁹. Atingindo seu ápice em maio quando da autorização do Governador Zacarias de Assumpção (PSP) e Prefeito Celso Malcher (PSP) para o aumento das passagens, ocasionando um grande protesto popular pelas ruas de Belém que resultou em dezenas de ônibus destruídos¹⁰.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 percebe-se uma ampliação do número de publicações de fotorreportagens noticiando o excessivo número de acidentes de trânsito na capital, o parco quantitativo de ônibus para atender a população, o aumento do número de carros estacionados em locais proibidos no centro da cidade, o mau funcionamento dos semáforos. Uma série de narrativas escritas e visuais noticiando o trânsito de Belém como o grande problema a ser solucionado pelos órgãos públicos, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960 (SILVA, 2018, p. 2).

⁶ A Província do Pará. Belém, 28 jan. 1954, p. 2.

⁷ A Província do Pará. Belém, 08 jan. 1954, p. 2.

⁸ Idem, p. 2.

⁹ A Província do Pará. Belém, 13 mar. 1954, p. 2.

¹⁰ A Província do Pará. Belém, 19 mai. 1954, p. 2.

Segundo Marcos Napolitano, o regime militar potencializou o processo de êxodo rural, desencadeado desde os anos 1950. As políticas públicas deste regime sem as políticas sociais atenuantes teriam, em pouco tempo, invertido a distribuição da população brasileira entre campo e cidade “expressando um dos mais dramáticos e súbitos casos de êxodo rural de toda a história” (2014, p. 166). O autor complementa afirmando que “até hoje, as cidades brasileiras pagam o preço deste déficit social, que se traduz na precariedade das moradias para os mais pobres, (...) na carência de equipamentos, transporte e saneamento básico” (2014, p. 166).

Este projeto de modernização autoritária promovido pelo regime militar parecia não solucionar alguns dos principais problemas enfrentados pela população belenense em seu cotidiano, podendo-se destacar aqui a questão do tráfego urbano. Neste mesmo período também ganham destaque nos jornais, especialmente na *A Província do Pará*, a publicação de fotorreportagens sobre ações realizadas pelo DET visando disciplinar o trânsito em Belém, bem como conflitos com grupos sociais diretamente impactados por algumas destas ações, como os carroceiros, motoristas, taxistas e empresas de ônibus (SILVA, 2018).

Além dos jornais de grande circulação, há também um amplo conjunto de documentações que possibilitam visualizar outras nuances do problema da circulação de pessoas em Belém. A partir de pesquisa realizada junto ao acervo do Centro de Memória da Amazônia – UFPA -, foi possível localizar centenas de processos-crime relativos aos crimes de “homicídio culposo”, “lesão corporal culposa” e a contravenção penal “dirigir sem habilitação” entre os anos de 1950 e 1970. Por razões de limitação de páginas, neste artigo serão sucintamente debatidos somente os processos-

-crime da 4ª Pretoria, o qual possui: 22 processos-crime da sub-série “falta de habilitação para dirigir” entre os anos de 1957, 1966, 1967, 1968 e 1969; 10 processos-crime da sub-série “homicídio culposo” entre os anos de 1966, 1968 e 1970; e 10 processos-crime da sub-série “lesão corporal culposa” entre os anos de 1961, 1965, 1966, 1968, 1969 e 1970.

A partir da descrição acima sobre os anos em que foram encontrados processos-crime relativos à 4ª Pretoria que possuem relação direta com o trânsito em Belém, pode-se destacar inicialmente uma maior concentração na segunda metade da década de 1960 (algo recorrente também ao analisarmos as sub-séries de outras pretorias já pesquisadas). Esta análise quantitativa prévia indica um aumento destes crimes relativos ao trânsito a partir de 1965, o qual provavelmente possui relação tanto com o aumento exponencial do número de veículos circulando em Belém neste período no embalo do “milagre econômico”, como também com uma ampliação e diversificação da atuação do DET, conforme já citado em outro artigo (SILVA, 2018).

A análise destes processos-crime possibilita compreender um pouco mais como os agentes do DET agiam quando não estavam envolvidos nas “grandes operações” de “moralização do trânsito” noticiadas pela imprensa paraense. Ou seja, quais eram as ações mais efetuadas por este órgão em seu cotidiano e quais eram os grupos sociais mais atingidos pelas suas ações.

Olhando novamente para o quantitativo de processos-crime localizados nos arquivos da 4ª Pretoria, pode-se dizer que a principal atividade cotidiana exercida pelos agentes do DET era o policiamento ostensivo das principais vias de circulação de Belém. Visto que, a maioria dos processos-crime era decorrente da contravenção penal “dirigir sem habilitação” e somente estando de serviço nas ruas era possível saber quem a

possuía. Como, por exemplo, o chefe do policiamento ostensivo da Delegacia Estadual de Trânsito, Rinaldo Helum de Oliveira Barros, o qual:

quando em ronda pela cidade, chegou à Avenida José Bonifácio com a Rua Barão de Igarapé Miri, notou que um cidadão (Romano de Carvalho Cruz Filho, soldado da Aeronáutica) dirigindo uma lambreta (...) o fazia com certa irregularidade, diante disso procurou abordar o citado elemento solicitando-lhe sua carteira de habilitação, o que entretanto deixou de ser exibida pelo mesmo, em virtude do citado jovem não a possuir (...) recebeu voz de prisão e foi em seguida levado para a Delegacia Estadual de Trânsito, que determinou a apresentação do mesmo neste distrito (Comissariado do Guamá) para as formalidades legais¹¹.

A partir deste e de outros processos-crime é possível identificar algumas questões sobre os procedimentos adotados pelos guardas de trânsito e policiais militares a serviço do DET. O primeiro aspecto é a justificativa para solicitar a carteira de habilitação do motorista, a qual normalmente se dava a partir da identificação de certa “falta de perícia” para dirigir o veículo. Em outro processo-crime, Orlando Bandeira de Azevedo, soldado da Polícia Militar, encontrava-se de serviço no cruzamento da Avenida Almirante Barroso com a Travessa Maurity, quando Vital Favacho Alves deixou cair o botijão de gás que trazia na garoupa de sua Lambreta e “atrapalhou-se na direção, quando o referido sinaleiro (Orlando B. de Azevedo) fez parar a lambreta pedindo a sua carteira”¹².

¹¹ Arquivo do Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Acervo criminal. Série: 4ª Pretoria. Sub-série: Falta de habilitação para dirigir veículo. Em 1 de março de 1967.

¹² Arquivo do Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Acervo criminal. Série: 4ª Pretoria. Sub-série: Falta de habilitação para dirigir veículo. Em 20 de março de 1966.

Em outro processo é possível identificar a forma como em algumas ocasiões os agentes do DET abordavam os motoristas nas vias públicas. Na declaração de Sebastião Possidone de Oliveira, ambulante, num caso ocorrido no dia 09/06/1967, por volta das 18:20 horas, na Avenida Almirante Barroso em frente ao quartel do 26º Batalhão de caçadores, o acusado declarou que estava dirigindo sua “lambreta pela Avenida Almirante Barroso, em destino ao bairro da Marambaia quando um carro da Delegacia de Trânsito trancara a sua lambreta e um funcionário pedira a carteira de habilitação”¹³. O funcionário em questão era Alonso Couceiro Noronha de Araujo, funcionário da Delegacia de Trânsito, o qual estava de serviço ostensivo neste dia.

Outro elemento que salta a vista é o predomínio de apreensões de motoristas de “lambreta”. Dos 12 processos-crime relativos à contravenção penal “dirigir sem habilitação” encontrados nas pastas de arquivos da 4ª Pretoria, 7 envolviam motoristas de “lambreta” ou “vespa”. Este ponto nos possibilita inferir sobre o quantitativo deste tipo veículo circulando pelas ruas de Belém neste período, assim como o fato de que alguns motoristas não sabiam (ou não davam a devida importância ao fato) da obrigatoriedade de se ter uma habilitação específica para dirigir este tipo de veículo. Num caso ocorrido na Boulevard Castilho França, no dia 05/04/1966, o acusado Amiraldo Alves Nobre, comerciante, ao ser parado pelo condutor Francisco Angelo Rodrigues, guarda de trânsito, próximo ao cliper da linha de ônibus Icoaraci, alegou inicialmente que possuía carteira de habilitação, mas ao apresentá-la ao guarda recebeu voz de prisão. Já no Distrito Central, alegou em sua defesa não saber que precisava de uma carteira de

¹³ Arquivo do Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Acervo criminal. Série: 4ª Pretoria. Sub-série: Falta de habilitação para dirigir veículo. Em 9 de junho de 1967.

habilitação específica para dirigir lambreta¹⁴.

Um terceiro aspecto refere-se às vias mais fiscalizadas pelos “guardas de trânsito”. Percebe-se a ocorrência de apreensões em diferentes áreas da cidade (Marco, Guamá, São Bráz, Sacramento, Cremação, Telegrafo, Centro), mas normalmente a abordagem era feita numa grande avenida, muitas vezes a principal avenida do bairro, como, por exemplo: Avenida José Bonifácio, Avenida Almirante barroso, Avenida Nazaré, Avenida Senador Lemos, Avenida Alcindo Cacela e Boulevard Castilho França. Nesse sentido, pode-se inferir que as travessas e ruas possivelmente não possuíam o mesmo nível de fiscalização das avenidas.

Assim, ao analisar de forma sucinta estas fontes, vislumbra-se uma análise das práticas cotidianas relativas ao transitar pela cidade de Belém durante as décadas de 1950 e 1960, identificando algumas das principais estratégias utilizadas pelo estado, por meio do DET, no sentido de buscar disciplinar o trânsito urbano neste período.

Referências Bibliográficas

CALVINO, Italo. Marcovaldo ou As estações na cidade. (tradução: Nilson Moulin). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. Plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém: 2016.

FONTES, Edilza. O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954). Belém: Paka-Tatu, 2002.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950).

¹⁴ Arquivo do Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Acervo criminal. Série: 4ª Pretoria. Sub-série: Falta de habilitação para dirigir veículo. Em 5 de abril de 1966.

In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 53, jan.-jun., 2007, p. 297-322.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Lúcio Flávio. Memória do cotidiano. Belém: Edição Jornal pessoal, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Coleção de Leis Tributárias e Posturas vigentes no município de Belém. Belém: PMB, 1957.

SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. “Carros”, “Currais” e “Vagalumes”: Representações visuais do trânsito de Belém na década de 1960. In: Anais do Encontro internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Niterói, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529327275_ARQUIVO_ArtigoAnpuhRio2018.pdf. Acesso em 10 out. 2018.

**POSSIBILIDADES E LIMITES NA IMPLANTAÇÃO
DA FILOSOFIA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO:
ESTADOS UNIDOS, COLÔMBIA, BRASIL**

Paulo Henrique Matos de Jesus¹

A Constituição de 1988 manteve um perfil de policiamento essencialmente autoritário e fundamentado na repressão ao “inimigo interno”. Também ampliou o debate sobre os direitos humanos e o crime passou a ser visto em uma perspectiva de cunho social. Assim, houve a elaboração de filosofias, programas e práticas de policiamento mais próximas da sociedade com destaque para o policiamento comunitário, inspirado tanto em experiências estrangeiras bem-sucedidas quanto na premissa constitucional que, em seu artigo 144, coloca a segurança pública como responsabilidade de todos.

Para a filosofia de polícia comunitária, a segurança pública passou a ser vista, segundo Oliveira e Souza (1996 apud PEDROSO, 2005, p. 149-150), “como um objetivo a ser alcançado a partir de comportamentos cooperativos, associativos, interativos e harmônicos de toda a sociedade [...]”. A sociedade avaliará a eficiência e os resultados práticos das iniciativas policiais, estabelecendo uma cooperação entre polícia e sociedade² com o intuito de pensarem e aplicarem políticas públicas de segurança mais eficientes e focadas na melhoria da percepção de segurança por parte da comunidade e na redução dos índices de criminalidade e violência focando nas especificidades da localidade onde tal filosofia é aplicada.

¹ Grupo de Pesquisa CNPq em Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias políticas-POLIMT/PPGHIS-UFMA.

² Comerciantes, comunidade escolar, agentes culturais, pesquisadores sociais que analisam segurança pública, crime e violência com rigor científico, entre outros entes sociais.

O êxito da filosofia de policiamento comunitário requer não apenas boa vontade por parte do poder público, mas também da sociedade, tampouco depende exclusivamente da mudança da legislação como se, por um toque de mágica, tal mudança fosse suficiente para levar o policial a mudar sua atitude de distanciamento e buscase se aproximar da comunidade à qual, em tese, ele serve. Ele perpassa pela reestruturação tanto da maneira de se tratar a criminalidade quanto da própria forma de atuação da Polícia Militar, uma vez que o policiamento ostensivo e repressivo por si só não é suficiente para a redução das taxas de criminalidade e promoção do aumento da sensação de segurança da comunidade. É necessária a mudança radical na postura e na forma como a Polícia Militar compreende a si mesma, seu trabalho e sua atuação dentro de um Estado Democrático de Direito como garantidora dos direitos individuais dos cidadãos e coletivos da sociedade.

Conforme David Bayley e Jerome Skolnick (2001), os aspectos fundamentais para o sucesso da implantação do policiamento comunitário são: o constante comprometimento por parte daqueles que detêm o comando das forças policiais em relação a busca e preservação de um aparato que vise sempre ao desenvolvimento de práticas preventivas às ações criminosas; elaboração permanente de políticas de incentivo e valorização dos profissionais de segurança pública; suporte incessante por parte das autoridades, meios de difusão de informação; participação efetiva da comunidade.

Os obstáculos responsáveis pelo fracasso do policiamento comunitário são: restrição e má distribuição de investimentos em políticas públicas de segurança; manutenção do uso de práticas violentas por parte da Polícia Militar no combate à criminalidade e preservação da ordem e segurança pública; as constan-

tes pressões da sociedade por resoluções imediatas e violentas por parte do Estado no tocante à redução da criminalidade e preservação da ordem pública; as práticas corporativistas dos agentes de segurança pública que temem uma maior responsabilização dos seus atos e de sua eficiência perante a sociedade; a bipartição policial que estabelece fronteiras nem sempre muito claras entre policiamento preventivo, ostensivo e investigativo; existência de critérios pouco claros de avaliação do rendimento e da eficiência policial (BAYLEY; SKOLNICK, 2002). Outro problema a ser destacado é o risco desta prática tornar-se mais um tipo de policiamento especializado entre tantos outros, desconectado das demais formas de policiamento e possivelmente até considerado de menor importância tanto por parte das instituições quanto dos próprios policiais, acarretando a aplicação menor de investimentos, tecnologia e pessoal capacitado para o desempenho da função.

Destacam-se algumas iniciativas exitosas e outras nem tanto na aplicação da filosofia do policiamento comunitário, observando-se alguns casos no exterior (Nova Iorque, Bogotá e Medellín) e no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e São Luís) a fim de se ter uma ideia geral de como tal filosofia se estrutura, qual sua dinâmica e funcionamento.

O caso de maior repercussão mundial é o de Nova Iorque, nos Estados Unidos, que em 1990 tinha 8 milhões de habitantes e alcançou a marca de 2.262 homicídios em um ano, média de 188 por mês (IDOWE, 2012). Com a nomeação de Lee P. Brown, em dezembro de 1989, para o cargo de Comissário de Polícia de Nova Iorque houve a implantação do Community Patrol Officer Program (CPOP), em 1990. O policiamento comunitário implantado por Brown tinha por princípio aproximar a polícia da comunidade; promover a mudança operacional de policiamento cotidiano

reduzindo o policiamento motorizado e ampliando o policiamento a pé; usar novas tecnologias compostas por uma rede de computadores chamada CompSta, que facilitariam o trabalho policial em relação à distribuição do efetivo pela cidade; mudar a forma de agir e pensar dos próprios policiais, aproximando-os da comunidade; combater a corrupção policial e equilibrar a proporção étnica dentro da polícia visando melhorar a percepção de segurança dos cidadãos. Na época, a força policial nova-iorquina era 75% branca, havia questões de percepção da justiça policial e sensibilidade em uma cidade com uma população estimada em sua minoria: negra, hispânica e asiática (PURDUM, 1989). Assim, houve profunda transformação na realidade da segurança pública da cidade e entre os meses de janeiro e novembro de 2019 a taxa de homicídios foi de 269, o que correspondeu a uma taxa de 3,2 homicídios por 100 mil habitantes. A menor taxa desde 1950 (BRAGA, 2019).

Na América Latina a cidade de Bogotá, na Colômbia, foi a primeira a operacionalizar práticas de Segurança Comunitária de forma relativamente exitosa ainda em 1995 frente ao agravamento da violência provocada, sobretudo, pelas disputas em torno do controle do tráfico de drogas entre os grandes cartéis. Seus fundamentos eram: a prevenção da violência, do crime, e a segurança aos cidadãos e cidadãs a partir da elaboração de políticas públicas de educação, saúde, lazer e geração de renda visando a valorização da vida e garantir às populações mais carentes dignidade, incluí-las no conjunto dos demais cidadãos e cidadãs do país e a articulação entre todos os poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário), federal, departamentais e municipais. Tais medidas apresentaram resultados positivos provocando a redução das taxas de homicídios na ordem de 80% ao longo de dez anos.

Segundo Velásquez (2005), antes da implantação das práticas de Segurança Comunitária, em 1993, a taxa de homicídios em Bogotá era de 80 por 100 mil habitantes (4.352 homicídios/ano), dez anos após sua implantação a taxa de homicídios estava na ordem de 23 por 100 mil habitantes (1.582 homicídios). Medellín, por sua vez, chegou a ter uma taxa de 380 homicídios por 100 mil habitantes em 1993, recebendo o título de cidade mais violenta do mundo contendo áreas cuja presença do Estado era inexistente (SHAW; CARLI, 2011). Ao adotar as práticas de Segurança Comunitária a taxa anual de homicídios caiu para 177 homicídios por 100 mil habitantes ao ano em 2002 (VELÁSQUEZ, 2005).

No Estado de São Paulo a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), através do Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985, foi pioneira propor a atuação da comunidade em parceria com a polícia, buscando elaborar respostas para os impasses decorrentes da ação criminosa que geravam a grande sensação de insegurança por parte dos cidadãos, além de promover o controle externo da atuação policial. Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo havia no momento de sua criação 476 conselhos distribuídos em 522 municípios (SÃO PAULO, s/d, online). Os Consegs devem atuar também na implantação de atividades de comunicação e conscientização no que se refere ao âmbito da segurança, saúde, educação, infraestrutura (pavimentação, transporte, iluminação pública) e todas as áreas do contexto social, amparado pela Secretária de Segurança Pública e com a presença das Polícias Civil e Militar.

Os resultados dos Consegs são controversos e até inexpressivos, o que torna a maneira como essa filosofia de aproximação entre polícia e comunidade alvo de críticas por parte de diversos especialistas, sobretudo no que consiste na participação da comuni-

dade nas questões pertinentes à segurança pública. A comunidade se limita a fornecer informações básicas ou cobrar por parte da polícia mais ostensividade no combate à criminalidade local, reforçando as práticas tradicionais de policiamento truculento e violento. Remontando-se ao fato de a Constituição de 1988 não ter alterado a estrutura fundamental das polícias e da própria maneira de se pensar e efetivar políticas de segurança pública no Brasil. Nas reuniões dos Consegs as pautas apresentadas pela comunidade giram principalmente em torno de problemas de infraestrutura (saneamento básico, pavimentação, iluminação pública) e as questões especificamente policiais ficam em segundo plano e variam conforme a região da cidade onde o Conselho atua. Bueno et al. (2016, p. 342), destacam algumas demandas policiais de acordo com a localização dos Consegs: “[...] enquanto no Conseg Heliópolis a principal questão são os roubos e os bailes funks (‘pancadões’), no conseg Itaim os problemas dizem respeito ao roubo de relógios Rolex e à presença de moradores de rua e pedintes na região”.

As reuniões dos Consegs paulistas são invariavelmente conduzidas pela Polícia Militar, que fica encarregada de definir seu progresso e até mesmo a própria pauta, uma vez que as demandas policiais da comunidade são toleradas desde que se refiram ao aumento da criminalidade. Entretanto, quando ocorre alguma queixa referente à violência ou ineficiência do trabalho policial, ela é imediatamente repelida pelo policial militar responsável pela condução da reunião e o que deveria ser uma excelente oportunidade de aproximação entre polícia e comunidade acaba se tornando uma grande troca de farpas e acusações.

A experiência do Rio de Janeiro se dá a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Seus resultados iniciais foram positivos em relação à

violência. Segundo o Instituto de Segurança do Rio de Janeiro (ISP) entre os anos de 2008 e 2014 houve uma redução de 85,3% dos homicídios decorrentes de intervenção policial; foram 116 homicídios dolosos em 2008 contra 40 em 2014, representando uma redução de 65,5%, e 76,3% da letalidade violenta (MALVÃO, 2015). Porém, segundo levantamento feito por Patrícia Teixeira e Felipe Grandin (2018), a partir de 2014 os resultados não se repetiram e as taxas de violência voltaram a crescer nas áreas das UPPs, seja pelo retorno dos conflitos entre as facções criminosas pelo controle do tráfico de drogas; pela descontinuidade do programa ou pela retomada do policiamento ostensivo e repressivo em prejuízo do comunitário; ou até mesmo pelo uso político feito pelo então governador, Sérgio Cabral; além da corrupção policial e as vaidades existentes entre os próprios oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

No Maranhão, mais especificamente na capital São Luís, a filosofia de policiamento comunitário demorou a ser percebida como uma possibilidade de gerenciamento da segurança pública. Até o início dos anos 2000 as iniciativas governamentais, especialmente em relação às comunidades periféricas, reproduziam as velhas práticas de policiamento ostensivo essencialmente violento e excludente que, via de regra, insistiam na criminalização dessas áreas e seus moradores. Por outro lado, em diversos bairros da capital, algumas iniciativas praticadas já refletiam o desejo da própria comunidade de discutir sobre questões relacionadas à segurança pública e outras demandas como: saúde, educação, saneamento básico, transporte público, etc. Estas são anteriores a qualquer filosofia mais institucionalizada de policiamento comunitário, mas guardam relação com essa filosofia porque muitos conselhos surgiram como parte da luta destas

iniciativas precursoras. Foi com o propósito de debater e reivindicar junto às autoridades governamentais soluções para os problemas anteriormente citados que houve a criação em 2005 do Conselho Comunitário de Defesa Social do Polo Coroadinho (CONCDESPC) cuja atuação serve de exemplo para a aplicação de uma tentativa embrionária de policiamento comunitário em São Luís.

Tal experiência reflete o esforço da comunidade e do governo estadual em desenvolver estratégias baseadas na filosofia de policiamento comunitário. Assim, o 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM) adotou medidas visando aumentar a aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade do Polo Coroadinho e intensificar o policiamento preventivo e repressivo (TEIXEIRA, 2016). Entretanto, essa experiência comunitária de policiamento se confronta com outras experiências nem tão comunitárias desenvolvidas na mesma época no Polo Coroadinho, em outras áreas da Grande São Luís, especialmente periféricas, e dos demais municípios maranhenses, como foi o caso da “Lei Seca”³ que determinava o fechamento de estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas: às 23h dos estabelecimentos localizados em áreas residenciais e às 2:30h daqueles localizados em áreas não residenciais. Segundo Teixeira (2016, p. 51) “Esta portaria, que pode ser enquadrada entre as políticas de ‘tolerância zero’, assim como a ‘Lei do Silêncio’, prevê uma espécie de ‘Toque de recolher’[...]”, nota-se uma prática ainda hesitante por parte do Estado que ao mesmo tempo busca uma aproximação com a comunidade, mas exerce rigoroso e violento controle sobre essa mesma comunidade por considerá-la antro de criminosos em potencial.

³ Termo pejorativo utilizado pela imprensa local para designar a portaria 17/2005 editada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, em outubro de 2005.

A partir de 2008 ou 2009 houve a criação dos Conselhos de Segurança Cidadã⁴, cuja finalidade e funcionamento eram semelhantes aos Consegs de São Paulo e Minas Gerais. Sua estrutura era atrelada ao Estado e com participação da comunidade nas iniciativas de projetos sociais nas áreas de saúde, educação, lazer, infraestrutura e segurança pública. Visto que o governo Jackson Lago teve curta duração, os Conselhos de Segurança Cidadã não tiveram tempo hábil de mostrar a que vieram, pois foram desativados pela governadora Roseana Sarney (PMDB), através do secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, que optou por outra prática de policiamento implantada a partir de 2013, baseado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro, chamado Unidade de Segurança Cidadã (USC). O então secretário Aluísio Mendes afirmou que “[...] pensou desde o início, porque não trazer para o Maranhão um projeto nos moldes do que foi implantado no Rio de Janeiro com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). E assim foi feito [...]” (GOVERNO, 2013, online). Em 2014, o então secretário de Segurança Pública, Marcos Affonso Júnior, sinalizava que a prática das USCs era uma iniciativa distinta porque reunia tanto o trabalho de repressão à criminalidade quanto o trabalho comunitário voltado para a geração de emprego e renda (INAUGURADA, 2014, online).

As afirmações anteriores embora ditas em ocasiões diferentes pelos secretários Aluísio Mendes e Affonso Júnior apenas refletiam a reprodução de uma política de governo baseada em práticas de policiamento preventivo, ostensivo e repressivo que já havia sido adotado na Grande São Luís entre os anos de 2005 e 2007, experimentados na implantação de batalhões de Polícia Militar e na intensificação do controle osten-

⁴ Os Conselhos de Segurança Cidadã foram criados por orientação de Euridice Nobrega Vidigal que foi secretária de Segurança Cidadã durante o governo de Jackson Kepler Lago (PDT), entre os anos de 2007 e 2009.

sivo sobre as comunidades periféricas de São Luís com altos índices de violência. Por outro lado, buscava na prática dos Conselhos de Segurança Cidadã o desenvolvimento de ações comunitárias de educação e geração de emprego e renda, mas que demonstravam resultados tímidos.

Em 2015, o Governador Flávio Dino (PCdoB) criou o “Pacto pela Paz” através da Lei Nº 10.387, de 21 de dezembro de 2015, que em seu Art. 3º determinava a criação dos Conselhos Comunitários pela Paz (CPP) que não representou necessariamente uma ruptura com a prática anterior das Unidades de Segurança Cidadã (USC), mas houve a diminuição da atenção especial que era dada pelo governo anterior a elas. Segundo o ex-secretário de Segurança Pública e deputado federal, Aluíso Mendes, ao criticar o “Pacto pela Paz”:

Hoje na Vila Luizão, por exemplo, a comunidade se distanciou da USC, porque já não conta mais com a estrutura que instalamos para devolver àquelas famílias o direito de viver com segurança. O que se tem notícia agora é que até os policiais capacitados para atuar na segurança comunitária foram vítimas da ação de bandidos e a maioria não está mais naquela unidade. [...] Não têm nenhuma estrutura, não contam com o apoio das forças policiais e ainda não tiveram nenhuma atuação efetiva. (DEPUTADO, 2017, online).

Por outro lado, no final do ano de 2019, o vice-governador Carlos Brandão em entrevista ao Jornal Pequeno elogiou o Pacto pela Paz, dizendo que: “As ações do Pacto contribuíram para uma queda significativa dos índices de violência na capital e no interior, e o Maranhão se tornou case de sucesso em políticas públicas de segurança [...]” (PACTO, 2019, online). Em seguida o coordenador-executivo do Pacto pela Paz, delegado Di-cival Gonçalves, afirmou que: “Esse trabalho conjunto, entre as forças de segurança e os representantes da co-

munidade tem-se mostrado efetivo, com a redução de 85% nos crimes violentos letais intencionais no estado [...]” (PACTO, 2019, online).

Portanto, pela controvérsia das entrevistas é possível perceber que a filosofia de policiamento comunitário, apesar de algumas práticas relativamente exitosas de aproximação entre o aparato de segurança pública e a comunidade, ainda é, no Brasil, uma experiência embrionária e em fase lenta de construção tendo como um dos principais obstáculos para a sua efetivação a manutenção ainda de comportamentos policiais herdados da ditadura civil-militar.

Referências Bibliográficas

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2001.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. Policiamento Comunitário. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Sujeito ou demandante? Reflexões sobre o caráter da participação nos conselhos comunitários de segurança de São Paulo. *Sociologias* [online], v. 18, n. 42, pp.328-355, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n42/1517-4522-soc-18-42-00328.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRAGA, Giampaolo Morgado. Homicídios em Nova York, Paris e Madri estão bem abaixo dos índices do Rio, ao contrário do que diz Witzel. *O Globo*, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/homicidios-em-nova-york-paris-madri-estao-bem-abaixo-dos-indices-do-rio-ao-contrario-do-que-diz-witzel-24081455>. Acesso em: 29 dez. 2019.

DEPUTADO critica desmonte das Unidades de Segurança Comunitária, em São Luís. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 23 mar. 2017. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/03/27/deputado-critica-desmonte-das-unidades-de-seguranca-comunitaria-em-sao-luis/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

GOVERNO entrega primeira Unidade de Segurança Comunitária do MA. *Imirante.com*, São Luís, 24 fev. 2013. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2013/02/24/governo-entrega-primeira-unidade-de-seguranca-comunitaria-do-ma.shtml>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

IDOETA, Paula Adamo. O que Nova York pode ensinar a SP no combate à violência? BBC Brasil, 11 dez. 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121206_crimes_novayork_pai. Acesso em: 28 dez. 2019.

INAUGURADA a Unidade de Segurança Comunitária do Coroadinho. Imirante.com, São Luís, 30 set. 2014. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2014/09/30/inaugurada-a-unidade-de-seguranca-comunitaria-do-coroadinho.shtml>. Acesso em: 19 de nov. 2011.

MALVÃO, Ana Carolina. ISP divulga dados de UPPs. Instituto de Segurança Pública, 11 maio 2015. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=316>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PACTO pela Paz completa quatro anos com redução dos índices de violência no Estado. Jornal Pequeno, São Luís, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2019/12/21/pacto-pela-paz-completa-quatro-anos-com-reducao-dos-indices-de-violencia-no-estado/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PEDROSO, Regina Célia. Estado autoritário e ideologia policial. Coleção Histórias da Intolerância - Intolerância Étnica & Intolerância Política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp/LEI, 2005, v. 6.

PURDUM, Todd S. “Dinkins nomeia o chefe de Houston como seu comissário de polícia”, New York Times, 19 dez. 1989. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1989/12/19/nyregion/dinkins-names-houston-s-chief-to-be-his-police-commissioner.html>. Acesso em: 28 dez. 2019.

SHAW, Margaret. CARLI, Vivien. Practical Approaches to Urban Crime Prevention. Proceedings of the Workshop held at the 12th UN Congress on Crime. Prevention and Criminal Justice, Salvador, Brazil, April 12-19, 2010. International Centre for the Prevention of Crime United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Montreal, 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Practical_Approaches_to_Urban_Crime_Prevention.pdf. Acessado em: 15 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança. Portal Conseg. São Paulo (SP); S/D. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/CONSEG/historia/index>. Acesso em: 21 dez. 2019.

TEIXEIRA, Patricia; GRANDIN, Felipe. UPP completa 10 anos com 60 policiais militares mortos em comunidades ‘pacificadas’. G1 Rio de Janeiro, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/11/upp-completa-10-anos-com-60-policiais-militares-mortos-em-comunidades-pacificadas.ghtml>. Acesso em: 1 dez. 2019.

TEIXEIRA, Márcio Aleandro Correia. Violência e Segurança Pública: As relações entre polícia e sociedade. São Luís: EDUFMA, 2016, v. 1.

VELÁSQUEZ, Hugo Acero. Os governos locais e a segurança cidadã. PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/img/seguranca4.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

GRÊMIO DESPORTIVO COMBATENTES: O FUTEBOL NA REINTEGRAÇÃO DOS VETERANOS DA FEB NO PARÁ (1951 – 1973)

Lucas Carnevale Machado¹

Introdução

A segunda guerra mundial (1939-1945), foi o maior conflito da história da humanidade em proporções de alcance e destruição, pois atingiu direta e indiretamente todos os continentes do globo. Dela participaram mais de 60 países, divididos entre o “Eixo” liderado pela Alemanha Nazista, Itália e Japão. E os “Aliados” liderados pelos Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha. Durante os primeiros anos da guerra, o governo varguista manteve a neutralidade ante o conflito apesar de boa parte da cúpula do governo manter fortes ligações com os regimes totalitários de Hitler e Mussolini.

No entanto, o governo brasileiro começou a colocar-se a favor dos aliados, em conferência dos países americanos realizada no Rio de Janeiro em 1942, condenando o ataque japonês a Pearl Harbor, além de permitir um intercâmbio cultural com os EUA. No mesmo ano, o “Eixo” começou os primeiros ataques a frota brasileira bombardeando navios mercantes nacionais no litoral brasileiro, causando revolta junto da população em várias cidades, com a realização de várias manifestações a favor da entrada do Brasil junto dos Aliados, Vargas declarou estado de guerra contra o eixo em 31 de agosto de 1942, sendo feita a mobilização nacional

¹ Graduado em Licenciatura Plena em história, pela Universidade do estado do Pará (UEPA), Pós-Graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e professor no projeto de extensão popular “Cursinho Alternativo”. Lmachado1097@gmail.com

partir desta data (BARONE, 2013 p. 27 – 35; 89 – 95).

No estado do Pará, a guerra foi sentida de forma direta, seja pelo racionamento de alimentos e pelos *Black-outs* realizados como prevenção em caso de ataque na cidade de Belém, assim como a presença de estadunidenses na base militar de Val-de-Cães (MIRANDA, 1998; SILVA, 2013). Junto com tudo isso, várias manifestações em favor da entrada do Brasil na Guerra, com o envolvimento de vários segmentos da sociedade belenense, como estudantes universitários, médicos, professores além de estrangeiros radicados em Belém. Neste processo houve ataques contra instituições e empreendimentos ligados aos “Quinta Colunas”, como alemães, italianos e japoneses. A mobilização para a guerra no norte brasileiro se deu em dois modos: O dos “Soldados da Borracha”, as pessoas responsáveis por trabalharem nos seringais extraíndo o látex, para produzir a borracha necessária para o esforço de guerra aliado. E o segundo, era preparar tropas nortistas para combater ao lado da FEB, na Itália e defender o litoral do norte/nordeste brasileiro contra possíveis ataques de submarinos nazistas.

Um elemento comum após os conflitos é a dificuldade de reintegração social dos militares veteranos de guerra, principalmente os conscritos. Esse segmento é formado pelos militares não profissionais, geralmente convocados pelo serviço militar obrigatório. Apesar de serem treinados para enfrentar situações de risco de vida ligadas ao front, não são poucos os casos de militares que ao retornarem de suas operações levam muito tempo para se recuperar ou nem conseguem totalmente, devido as experiências marcantes na guerra.

Quem abordou esse tema, foi o Historiador Australiano Alistair Thomson, em seu livro sobre a Memória dos veteranos das forças armadas Australianas

e Neozelandesas (ou ANZAC's) da I Guerra Mundial, abordando o seu processo de reintegração após o conflito. Entre as discussões do autor, duas cabem destaque: A utilização de suas memórias orais, abordando questões como a afetividade das memórias (lembranças diretas do combate); além disso os relatos da guerra como elemento de contenção, pois muitos desses militares e conscritos viram amigos e conhecidos falecendo nos campos de Galípoli, e que devido aos traumas e sofrimentos que testemunharam, omitem dos seus depoimentos qualquer menção ao campo de batalha e o que viram no front (THOMSON, 2001, p.88 – 89).

Reintegração social de veteranos na FEB no Brasil

O processo de reintegração social dos Brasileiros que lutaram na II guerra Mundial, começou antes do conflito acabar em 1945, na qual veio a primeira ideia de uma instituição representativa destes antigos militares, como já havia acontecido em alguns países na I guerra mundial, entre os principais países beligerantes como França, Itália, Alemanha, Reino Unido, etc. Esses países, no entanto, suas populações participaram aos milhões neste conflito, seja na retaguarda ou nas forças militares nacionais (FERRAZ, 2013).

No Brasil, devido ao número baixo de ex-combatentes efetivos (cerca de 0,06% da população nacional da época), a força de pressão social foi baixa, surgindo a demanda da criação de instituições representativas dessa parte da população que havia pagado seu “Tributo de Sangue” nos campos da Itália, e que tinham suas demandas como pensões por morte ou ferimentos, além de atendimento médico, jurídico e social. Com esse objetivo, em fevereiro de 1946, surgiu em convenção nacional, a Associação de Ex-combatentes do Brasil, diretório nacional (AECB) (FERRAZ, 2013, p.211

– 212). Uma outra instituição posterior, que teve atuação nacional foi a Associação nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB), que surgiu em 1969 no Rio de Janeiro, mas que teve adesão em vários estados da federação, congregando os veteranos da FEB destes estados, além de realizar eventos trazendo as memórias da guerra e ressaltando a importância dos valores nacionais brasileiros.

A Associação de Ex-combatentes do Brasil, Seção Pará (AECB-PA)

Em consonância com o surgimento das seções regionais da AECB, em Belém do Pará, com o objetivo de agregar os ex-combatentes do Exército, Marinha, Marinha Mercante e Aeronáutica, que serviram na defesa interna do Brasil, assim como os veteranos do “Contingente da Amazônia”², que lutaram na FEB, embarcando no 5º escalão em 1945 (AECB, 1946 p.1 - 7).

A associação funcionou ininterruptamente de 1946 a 2015, e durante todo esse período contou com mais de 350 membros no seu quadro efetivo, no qual estes participaram de inúmeras solenidades militares organizados pela 8ª Região militar, assim como participaram ativamente da administração da associação e na construção de iniciativas para amparar aos veteranos em condições desfavoráveis na sociedade (SILVA, 2013).

Com este contexto a associação traz inúmeras iniciativas de cursos, recreação e camaradagem para os ex-combatentes, tais como: cursos livres (que eram realizados dentro do prédio da associação, como do

² O contingente da Amazônia, foi uma fração do corpo expedicionário que foi mandado para a Itália, era composto por 786 Praças da Região amazônica, sendo: 645 Paraenses, destes 281 foram para a Europa com o último escalão da FEB, sendo os outros mobilizados para a defesa interna da nação. (SILVA, 2013).

Instituto de Criminologia), assim como de apoio estudantil aos parentes ligados aos veteranos (Escola Marechal Mascarenhas de Moraes), e também a criação de um time esportivo, para a recreação dos veteranos e dependentes.

Figura 1 - Símbolo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, seção Pará.



Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=67872>

Na leitura desta imagem é possível perceber o destaque as forças armadas participantes da II Guerra Mundial, Com a Cobra Fumando (Representando a FEB); A Insígnia do Senta a Púa (Representando a FAB) e da âncora unida com o V (Representando a Marinha de Guerra e a Marinha mercante) fundada em 1946, funcionando até a atualidade.

As práticas esportivas e os veteranos da FEB no Brasil e em Belém

A cultura do lazer esportivo e dos clubes de futebol amador dos bairros na cidade de Belém surgiram nas primeiras décadas do século XX, devido a constantes interações da “elite” que trouxe a prática do futebol, com suas regras e organização importadas do exterior, e que com o passar do tempo e com a realização dos espetáculos esportivos na capital paraense, as “Baixa-

das” começaram a criar as suas próprias organizações esportivas congregando atletas locais (GAUDÊNCIO, 2016).

Durante a guerra, no *front*, alguns jogadores famosos se alistaram para combater na Itália, como foi o caso de Craque Perácio, jogador de futebol carioca, que em 1944 alistou-se para lutar na FEB, e que além de contribuir no serviço de guerra brasileiro, montou uma equipe para competir contra outros times dos exércitos aliados, como britânicos, italianos, etc. (BARONE, 2013 p. 184 – 186)

Após o retorno dos expedicionários para o Brasil, surgiram várias iniciativas de apoio esportivo profissional e amador, com memórias ligadas aos campos de batalha da FEB e em homenagem a figuras destacadas da guerra. Alguns blogs memorialistas sobre futebol e sobre a força expedicionária preservam alguns pontos ligados a origem destas agremiações, abordando o ano de origem, local de surgimento, características dos clubes, entre outros pontos.

Nestas fontes foram encontrados seis clubes (excluindo o Combatentes), no qual o mais antigo é o Clube Atlético Expedicionário de Franco da Rocha em São Paulo, fundado em 24 de julho de 1942, antes mesmo do próprio surgimento da FEB, com seu escudo levando a clássica “Cobra Fumando”, sendo atuante no futebol profissional e amador paulista. Outra agremiação com origem nos veteranos de guerra é o clube mineiro Expedicionário Futebol Clube de Resende Costa – MG; fundado em 7 de maio de 1946, também leva a cobra fumando em seu símbolo com as cores branca e verde grená, o time ainda está na ativa no futebol amador (PINTO, 2014).

Outros dois clubes do sul do Brasil, o Clube Atlético Montese e o Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana estão ativos até a atualidade e lembram

em seus nomes, a participação brasileira na 2^o Guerra Mundial. O primeiro foi fundado em 1953 na cidade de São Miguel D'Oeste – SC, tendo em seu escudo as cores Verde e vermelho, com uma cobra enrolada ao centro; seu nome homenageia a batalha de Montese, ocorrida em março de 1945, onde mostrou a eficiência dos brasileiros no combate urbano contra os nazifascistas. Atualmente a instituição está ativa, contribuindo para as práticas esportivas amadoras catarinenses (PINTO, 2014).

Já o segundo clube foi fundado em 12 de fevereiro de 1947 como Grêmio Esportivo S.T.R. que tinha o objetivo de congregar militares radiotelegrafistas do exército acantonados no Centro de Instrução de Transmissões Regional (CITR). Este, passou a homenagear um herói gaúcho, radiotelegrafista da FEB que foi vitimado pelo bombardeamento do quartel general da 1^o Divisão de infantaria expedicionária em porreta terme, em 02 de maio de 1945, sendo condecorado postumamente pelo exército e homenageado por esta instituição esportiva (PINTO, 2014).

Um outro clube Gaúcho homenageou a FEB e seus veteranos, originando o Montese Esporte Clube, agremiação fundada na década de 60 com a chegada do futebol de salão ao interior gaúcho. O clube foi fundado na cidade de Santa Rosa, composto por militares (Mais especificamente sargentos) do 1^o Regimento de Cavalaria Motorizado, o clube ganhou seus primeiros títulos da cidade em 1962 e 1963 (PINTO, 2014). Além destes clubes, outras agremiações de caráter amador foram encontradas, no entanto, sem fontes confirmando sua fundação, atuação e disputa por títulos. Na tabela a baixo, temos uma lista dos clubes esportivos que foram criados em homenagem aos veteranos da FEB:

Tabela 1 - Clubes organizados em tributo a Força expedicionária Brasileira em vários estados.

CLUBE DESPORTIVO	LOCAL DE FUNDAÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Clube Atlético Expedicionário	Franco da Rocha – São Paulo	1942 - atualmente
Expedicionário Futebol Clube	Resende Costa – Minas Gerais	1946 - Atualmente
Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana	Porto Alegre – Rio Grande do Sul	1947 - Atualmente
Clube Atlético Montese	São Miguel D' Oeste – Santa Catarina	1953 - atualmente
Grêmio Desportivo Combatentes	Belém – Pará	(1951 como AECB-PA) 1958 - 1973
Montese Esporte Clube	Santa Rosa – Rio Grande do Sul	Década de 1960
Time de Futebol dos Veteranos ³	Bairro Caiçara, Belo Horizonte – Minas Gerais	(Sem Informação)
Senta a Púa Futebol Clube ⁴	Castelo – Espírito Santo	Década de 1990

Dados retirados de: henriquempffeb.blogspot.com/2014/07/homenagens-de-times-de-futebol-feb_4.html

Sua estreia como time profissional aconteceu em 15 de abril de 1951, contra um clube do distrito de Icoaraci, em um jogo amistoso. Competiu no campeonato estadual do mesmo ano, no qual começou perdendo para o Clube do Remo e empatando com a equipe que seria campeã, a Tuna Luso Brasileira. No mesmo ano, a equipe participou de várias excursões em ou-

³ Não foram encontradas fontes complementares sobre a atuação deste time. Fonte: Blog “O Resgate FEB”

⁴ O que se sabe é que esse clube foi fundado por militares da Aeronáutica durante a década de 1990. Fonte: Blog “O Resgate FEB”.

tros estados, onde obteve sua primeira vitória significativa contra o tradicional Sampaio Corrêa. Além desta, foram feitas excursões para o território federal do amapá, e para o município paraense de Santarém, realizando amistosos contra os times locais (FOLHA VESPERTINA, 13, 14, 18 e 21 de maio; e 28 de junho de 1951).

Figura 2 - Dois jogadores dos combatentes concentrados para jogar contra o clube do remo em 1951, respectivamente Navarro (Atacante) e o Asas (Goleiro).



Fonte: Jornal *O Liberal* datado de 18 de maio de 1951, 4ª Folha.

De 1951 a 1958, o Clube manteve ligação direta com a AECB-PA, como um braço esportivo diretamente ligado a instituição, e participando consecutivamente dos campeonatos paraenses de 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958. Nestas competições, não se destacava, mas deu trabalho aos times predominantes no campeonato paraense, impondo derrotas a algumas das grandes equipes, como a vitória sobre a Tuna por 3 a 2. O Grêmio Combatentes, contava com o apoio da aeronáutica, que também cedia o espaço para que a equipe pudesse treinar, tanto o futebol, como no basquete (FOLHA VESPERTINA, 12/06/1951). No ano de 1959, por necessidades administrativas e financeiras, a associação desmembrou o clube de futebol de sua

administração direta, dando-lhe autonomia e um novo nome: O Grêmio Desportivo Combatentes.

O Grêmio Desportivo Combatentes e as Participações no Campeonato Paraense

Em 24 de fevereiro de 1959, foi oficializada a mudança no nome e o novo clube. Daí em diante, com o clube profissional, o “Combatentes” conseguiu uma nova sede, localizada na travessa 1º de Queluz, no bairro de canudos, na capital paraense. Ainda que houvesse esta separação formal da AECB-PA, muitos veteranos auxiliavam na administração, ou na elaboração dos estatutos do time. O Combatentes conseguiu manter-se na elite do futebol regional por mais 14 anos, conseguindo postos mais altos no campeonato paraense, derrotando a dupla “Re-Pa” em várias edições.

O auge do Combatentes foi na década de 1960, no qual o time conseguiu o 3º lugar no ano de 1968 no campeonato paraense, disputando em jogo extra o vice-campeonato paraense contra o Paysandu. No entanto, após subseqüentes campanhas ruins, o clube acabou encerrando sua participação no futebol profissional no ano de 1973, marcando em definitivo a história esportiva paraense.

Figura 3 - Símbolo do Grêmio desportivo Combatentes, no momento de sua profissionalização (1959 - 1973).



Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=67872>

Os jornais da época cobriam bastante o futebol profissional paraense, dando destaque aos: A Folha Vespertina e A Província do Pará, que trazem em suas edições, várias notas esportivas. No caso da equipe dos “combatentes”, apareciam de anúncios dos locais de treinamento, convocatórias para formação de equipes de base, assim como a preparação do time para os jogos, juntamente com as excursões realizadas em outros estados e nos interiores do Pará. O time tinha duas alcunhas que eram muito usadas pelos jornais, como “O carcará”, em alusão a ave mascote do time, ou “Zé Pracinha”, denominação dada carinhosamente pela imprensa ao time originado na associação formada por militares.

No caso dos jornais “O Liberal” e a Província do Pará, haviam cadernos específicos com as matérias esportivas paraenses, tanto de futebol profissional, como o amador. Para entender melhor, os jornais citavam quase diariamente os acontecimentos e jogos dos combatentes, sempre que possível (dependendo da data) rememorando os acontecimentos da guerra: Batalhas, vitórias importantes, homenagens aos heróis mortos no combate, entre outras iniciativas. Nos

jornais paraenses em geral foram encontradas muito mais citações e referências ao time e seus resultados esportivos, do que sobre a Associação e as demandas dos expedicionários, sendo mais lembrados em datas comemorativas como da tomada de Monte Castelo em 21 de fevereiro, vitória de Montese em 17 de abril, o cerco de Forno em 28 de abril, e as datas pátrias: 7 de setembro e 15 de novembro.

Conclusão

As discussões sobre este clube ainda são muito concentradas no memorialismo sobre futebol, abordando somente os êxitos esportivos do clube, sem discutir o contexto de reintegração social dos expedicionários com a sociedade paraense. O clube, além da atuação esportiva, serviu como elemento de preservação da memória social dos veteranos, levando as gerações posteriores a II Guerra, discussões sobre a participação dos brasileiros no conflito, não deixando suas histórias caírem no esquecimento.

As pesquisas ainda necessitam ser aprofundadas, afinal o time atuou no futebol profissional paraense por mais de duas décadas, ganhando o respeito de seus adversários e utilizando o futebol, como uma via de mão dupla: aproximando o veterano da sociedade muito além dos desfiles e solenidades militares, para uma coisa bem próxima do cotidiano que é o futebol; além de rememorar a importância dos desses soldados-cidadãos que combateram o inimigo nazifascista em favor da liberdade e democracia.

Referências Bibliográficas

A FOLHA VESPERTINA, Jornal. 1951 – 1968, disponível em: setor de Hemeroteca do CENTUR, consultado em abril de 2019.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Jornal. 1959 – 1968, disponível em: setor de Hemeroteca do CENTUR, consultado em abril de 2019.

ATA DE FUNDAÇÃO DA AECB-PA, acervo da associação, Belém, 1946. Consultado em dezembro de 2018.

BARONE, João. 1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida, Rio de Janeiro, Ed. Harper Collins Brasil, 2013.

DA COSTA, Ferreira “Enciclopédia do Esporte Paraense”, 5° Ed. Edição do autor, Belém, 2018.

Estatuto Regional da Associação de ex-combatentes do Brasil, Seção Pará (AECB-PA), novembro de 1946. Disponível no Centro de Memória da Amazônia (CMA), consultado em agosto de 2018.

FERRAZ, Francisco César Alves. A Guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 - 2000); Londrina, EDUEL, 2012.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. “Football suburbano e festivais esportivos”: Lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio de Belém do Pará (1920 – 1956), Belém, Tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em História social da Amazônia, UFPA, 2016.

LELO, Antônio Mário. Blog História Do Futebol., Belém, 2015. Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=67872> Acessado em 18 de novembro de 2020, as 18h21.

MIRANDA, Antônio Batista de. Guerra... Memórias... Destino..., Editora Sagrada Família, Belém, 1998.

O LIBERAL, Jornal. 1951 – 1954, disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acessado em: 13 de dezembro de 2020, as 14h18.

PINTO, Henrique de Moura Paula. Blog O Resgate Força Expedicionária Brasileira, Brasília, 2014. Disponível em: henriquempffeb.blogspot.com/2014/07/homenagens-de-times-de-futebol-feb_4.html, acessado em 29 de maio de 2020, as 00h39.

SILVA, Hilton P. et al. Por Terra céu e mar: Histórias e memórias da II guerra mundial na Amazônia, Belém, editora Pakatatu, 2013.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. História oral, n. 4, p. 85-101, 2001.

O LAZER NA TERRA FIRME: DIREITO, REALIDADE E POSSIBILIDADES

Sidnei Correa de Souza¹

Helena Doris de Almeida Barbosa²

Os Caminhos do Lazer...

O lazer enquanto prática social se constitui em uma atividade multifacetada presente de maneiras diferenciadas nas sociedades. Ao longo do tempo tornou-se objeto de estudo das mais variadas áreas de conhecimento e de políticas públicas, se constituindo em um direito legalmente reconhecido ao cidadão, no entanto quase sempre não se configura como prioridade nas agendas públicas e no planejamento das cidades, principalmente em áreas consideradas periféricas, como o Bairro da Terra Firme, localizado no município de Belém, capital do estado do Pará.

Não há um consenso acerca de sua definição, no entanto autores de áreas diferenciadas vem ao longo do tempo buscando compreendê-lo no tempo e no espaço. A exemplo de Alves Junior e Melo (2003), assim como Camargo (2017) que postulam que o lazer deve ser entendido no campo da cultura como produto de uma construção tensa, permeada pelo embate, diálogo, conflito, trocas e manipulações, constituindo-se em um processo complexo. Apesar de relevante, no entanto, a dinâmica contemporânea impôs a pouca valorização do lazer, fruto da disputa da burguesia x trabalhadores, responsável por uma série de equívocos, dentre eles o de que o lazer é menos importante que o

¹ Faculdade Dom Alberto/Especialização em Turismo e Hotelaria - muirakitam@gmail.com

² Universidade Federal do Pará e Instituto Histórico e Geográfico do Pará - hdoris@ufpa.br

trabalho e que em uma escala hierárquica de necessidades humanas é menos importante que saúde, educação, saneamento, etc.

Dumazedier (1999) afirma que o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após as obrigações profissionais, familiares e sociais. Constitui-se em um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito as necessidades do corpo e do espírito dos interessados, dentro dos limites do condicionamento econômico, social, político e cultural de cada sociedade. É uma atividade que eminentemente propicia a sociabilização, podendo agregar em torno de si pessoas das mais variadas idades, classes sociais e formação. No entanto para que ocorra se faz necessário uma estrutura mínima de espaço e equipamentos que venham a atender e estimular as práticas de lazer.

De acordo com Davim et al (2003) o lazer é considerado imprescindível à manutenção da saúde e à autovalorização das pessoas. É necessário, acima de tudo, que a população se convença de que não é só o trabalho que dá sentido à vida. As energias renovadas diariamente pelo lazer poderão também trazer incentivo, otimismo, prazer e mais esperanças para quem o pratica.

Cristianne Gomes (2008) recupera a trajetória histórica de tal prática desde a antiguidade, evidenciando seus usos até a consolidação do lazer a partir da Revolução Industrial, fazendo com que se perceba o uso econômico desta atividade com a consolidação do capitalismo. A autora enfatiza que

O lazer precisa ter sentido para as pessoas que o usufruem, representar uma possibilidade de mobilização e engajamento político, facilitar a criação de redes de sociabilidade e estimular a reflexão sobre nossa sociedade, tendo em vista torná-la mais digna e justa. Nesse âmbito, precisamos reconhecer, legitimar, incentivar e valorizar as vivências de lazer criadas pelo próprio sujeito e pela comunidade: seja confeccionando seus próprios brinquedos, jogos e divertimentos, realizando festas e reuniões de confraternização entre amigos, batendo papo ou contando “causos” e histórias, lendo um livro, passeando, assistindo/debatendo um filme com pessoas do nosso círculo ou até mesmo praticando esporte e outras práticas corporais, entre outras incontáveis opções de lazer (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p. 13).

Quando o indivíduo pratica o lazer pode estabelecer relações com o ambiente no qual se insere e com o mundo, condição esta que favorece o inter-relacionamento das pessoas, contribuindo de certa forma para o bem-estar de cada um.

Constitui-se em uma prática garantida por lei conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), formalmente reconhecido como um “direito social”. No artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 12). É também abordada na seção que trata “Da educação, da cultura e do desporto”. Seção III (Do Desporto), artigo 217: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988, p. 143). E na que discute aspectos “Da família, da criança, do adolescente e do idoso”. Artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer [...]” (BRASIL, 1988, p. 148).

Estes direitos garantem o reconhecimento do lazer como possibilidade de gerar uma nova sociabilidade e em favor de sua valorização social, incentivo à integração social, promovendo a socialização e valorização cultural, principalmente nos bairros identificados como periféricos da cidade de Belém, como é o caso do bairro da Terra Firme, Belém/PA. Este se constitui em mais um bairro que emerge como produto histórico social de expansão não planejada das cidades amazônicas, que envolvem memórias, identidades e relações que se (re) constituem no tempo e no espaço, no qual não são priorizados espaços para o lazer.

Bahia et al (2008) evidencia que esta trajetória se replica e consolida o que ocorre na maioria dos grandes centros urbanos, onde há uma concentração dos equipamentos e espaços de lazer que atendem os bairros mais nobres, em detrimento das periferias. Entende-se a Terra Firme como periferia a partir de Andrade e Marcelino (2011), que compreendem a periferia como espaço que se distancia geograficamente e estruturalmente do centro. Para Quarema, Alfaia e Barbosa (2020) as periferias se constituem como produto de um processo excludente a partir da dinamização econômica do centro, através do qual a população de baixa renda se vê alienada de condições dignas de moradia, trabalho, serviços urbanos e lazer.

○ Lazer na Terra Firme

O bairro da Terra Firme foi formado por uma ocupação espontânea por pessoas que precisavam de moradia e ao chegar em Belém não tinham condições financeiras de se instalar nos bairros mais centrais da cidade, sendo assim procuravam áreas mais distantes para construir suas moradias. Tal situação mostra a origem dos seus primeiros moradores,

é onde ocorre a maior presença de não naturais, com cerca de 30%, sendo, 77,2 % originados do interior do Estado, destacando-se os municípios de Igarapé- Miri, Castanhal, Muaná etc., e 22,8% oriunda de outros Estados, basicamente do Maranhão. A presença dos não naturais se dá na ordem de 70%. (RODRIGUES apud NOVAES, 2011, p. 65).

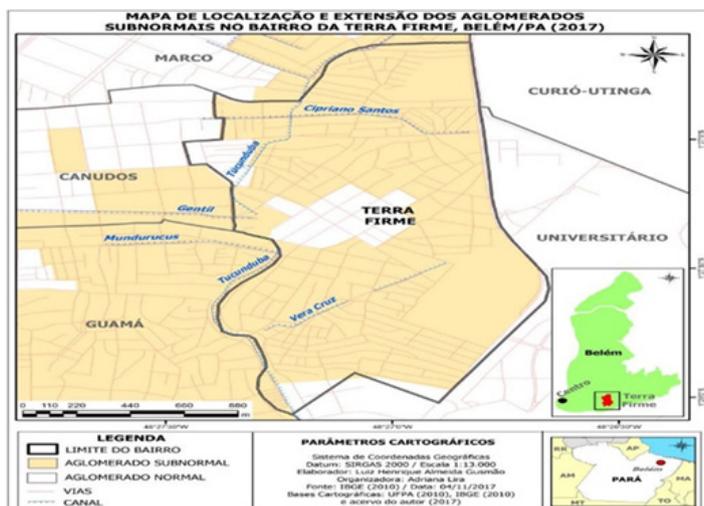
Com essa situação de ocupação não houve planejamento para espaços de lazer no bairro.

De acordo com Couto (2010, p. 88) a Terra Firme constitui-se em uma

[...] área de expansão da cidade, mas também o espaço de resistência e sobrevivência daqueles que foram excluídos do mercado formal imobiliário e providos de serviços urbanos de qualidade. Com isso, o padrão de ocupação adensado com uma tipologia típica de favelas deixa bem evidente o perfil socioeconômico de quem os habita.

Como tal o autor identifica o bairro (Figura 01) como produto do binômio centro/periferia a partir do qual a favelização e a exclusão socioespacial fazem parte da lógica de reprodução social da cidade, em uma lógica de segregação “na qual colocam em posição oposta aqueles que se beneficiam com os investimentos estatais e com a valorização imobiliária deles decorrentes, daqueles que vivem em situação de degradação das condições de vida com pouca opção de moradia e com precário acesso aos serviços públicos e à infraestrutura urbana” (COUTO, 2010, p.89) .

Figura 1 - Localização do Bairro da Terra Firme



Fonte: Mapa elaborado por Gusmão e organizado por Lira, 2018

O bairro da Terra Firme³ tem uma população de 61.439 habitantes (BRASIL, 2019), e pertence ao Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA). A origem do bairro é baseada em relatos de moradores Penteadado (1966), o qual teria sido ocupado na década de 1960. Possui escolas públicas da educação infantil até o ensino médio. O serviço de transporte público é feito por várias linhas de ônibus que percorrem praticamente toda a área metropolitana de Belém.

Sua economia gira em torno de uma Feira Popular, o mercado municipal, supermercados, farmácias, pequenos comércios e mercado informal (Figuras 02 e 03). A Terra Firme⁴ é um bairro onde as pessoas traba-

³ Faz fronteira com três bairros Guamá, Marco e Canudos.

⁴ Em seu perímetro encontram-se também importantes instituições de ensino e pesquisa do estado, tais como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Campus de Pesquisa Do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRO-

lham, moram e buscam usufruir de seu lazer:

Um bairro populoso, variado e colorido, composto por moradores que em sua maioria trabalham e moram ali e também por trabalhadores vindos de outros bairros. As ruas estão sempre cheias de pessoas. Nas primeiras horas do dia circulam os feirantes que recebem ainda na madrugada os produtos fresquinhos para serem vendidos durante o dia. A partir das 6h 30min, trabalhadores – empregados de obras, domésticas, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas – se concentram nas paradas de ônibus à espera de alguma linha da empresa São Luís, para se dirigirem ao centro da cidade (ALCÂNTARA, 2016, p. 91).

Dentre os problemas que o bairro enfrenta está o lixo e a violência, que são recorrentes ao longo do tempo, apesar da existência de uma Unidade Integrada ParaPaz (UIPP)⁵.

Figura 2 - Mercado Municipal



Fonte: Sidnei Souza, 2019.

NORTE) e Escola de Aplicação da UFPA (NPI.)

⁵ Modelo pioneiro de gestão que integra comunidade e segurança pública em um espaço harmônico, em funcionamento no bairro desde 2011.

Figura 3 - Shopping Chão na Praça Olavo Bilac



Fonte: Sidnei Souza, 2019.

Extremamente carente de espaços públicos para o lazer, este se desenvolve espontaneamente através da ocupação de espaços que tem outras finalidades, a exemplo da praça Olavo Bilac que é a principal referência quando o assunto é lazer para os moradores (NOVAES, 2011; ALCÂNTARA, 2016), no entanto essa praça pertence a Igreja São Domingos de Gusmão, sendo necessário pedir permissão para ocupar a praça. Outro espaço bastante antigo existente no bairro é o Complexo Esportivo da Terra Firme que pertence a uma entidade beneficente chamada Terra Firme Sport Clube Beneficente. Nesse complexo esportivo a prática basicamente é o futebol (Figura 3), mas seu uso não é gratuito, para seu uso é necessário pagar uma taxa.

Além deste existem outros que são utilizados para a prática de caminhadas, atividade que vem acontecendo as margens do canal do Tucunduba, graças a revitalização que está sendo feita nele, se constituindo também em local de encontros entre moradores de perto do canal para conversar e namorar. Outro espaço existente no bairro é uma pequena área que fica no cru-

zamento de duas ruas, a qual já teve uns equipamentos para crianças brincarem, mas por conta da falta de manutenção não existem mais, no entanto os moradores ainda o utilizam para atividades culturais esporádicas.

Casas, ruas, centros comunitários e de memória são também utilizados para encontros e práticas de lazer como capoeira, rodas de leitura, projeção de filmes e apresentação de grupos culturais de carimbó e boi bumbá, hip hop e escola de samba (Figuras 4 e 5). As atividades de lazer praticadas normalmente acontecem pela manhã bem cedo ou no início da noite em função da falta de arborização nas ruas do bairro. Grande parte das ruas do bairro foram asfaltadas, mas não foram arborizadas o que torna a temperatura muito alta. Somado a isso a violência faz com que as pessoas evitem ficar até tarde da noite nas ruas ou mesmo sair para outros lugares e ter que chegar tarde em suas casas.

Figuras 4 e 5 - Capoeira e o Boi Bumbá Marronzinho



Fonte: Sidnei Souza, 2019.

Tais ações são iniciativas de muitos coletivos e movimentos culturais que promovem diversas atividades que proporcionam lazer aos moradores do bairro.

Tem o Boi Marronzinho. Uma ação mais continua, eles não têm, mas eles têm um espaço físico, um galpão, um barracão que eles cedem pra galera, lá na Brasília, entre ligação e comissário. O trabalho deles é voltado pra quadra junina com Boi, pra movimentar o Boi, então lá rola uns ensaios das toadas, das apresentações do Boi que é uma galera... do ano passado pra cá eles implementaram uma coisa meio teatral e música junto. Então eles estão implementando essa questão do teatro, de contar uma historinha com os elementos do boi. (Liderança comunitária, pesquisa de campo, 2019).

Tem alguns grupos que trabalham teatro mais ligado à igreja católica. Alguns grupos que trabalham capoeira. Música, dança a gente não vê, que seria tão importante. A capoeira até um dia desse era na casa do Edmar aqui na Rua São Domingos. São em casas, Centro Comunitário, as vezes tem aí no Bom Jesus (Centro Comunitário), as vezes na igreja. Em alguns lugares, solto. O Edmar tem um grupo de capoeira. Tem vários grupos de capoeira. Quando tem apresentação pra fora eles vão, mas por exemplo no Bom Jesus, é assim uns dois, três, quatro dias na semana (Liderança comunitária, pesquisa de campo, 2019).

De acordo com as falas dessas lideranças o bairro da Terra Firme tem pessoas que se propõem a promover esporte, cultura, artes e outras atividades para os moradores do bairro, mas não conseguem atender todos os interessados e também manter a constância de suas atividades sem recursos financeiros e/ou espaciais.

O lazer enquanto direito de qualquer cidadão deveria ser garantido e/ou estimulado pela gestão pública, no entanto o que se observa tanto pela Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SEEL), como pela Secreta-

ria de Esporte Juventude e Lazer (SEJEL) da Prefeitura de Belém, são ações episódicas, que se circunscrevem na maioria das vezes em torno de atividades esportivas. Com isso há uma minimização da possibilidade de participação de outros grupos sociais do bairro como portadores de necessidades especiais, idosos, donas de casa, dentre outros. Combinado a isso há a disseminação – indireta talvez – de uma visão estreita do lazer associando-o a prática esportiva ou ao lazer mercadório promovido pela indústria cultural (MARCELINO, 2002; BONALUME, 2002) minimizando assim suas funções e possibilidades de se constituir em um vetor de desenvolvimento local entendido como processo de participação e vivência de valores que contribuam para as mudanças de ordem cultural.

Tanto a SEEL quanto a SEJEL integram a administração direta do poder executivo estadual e municipal e que deveriam ser responsáveis pela formulação e a gestão das políticas de lazer. No entanto não se percebe a presença efetiva destas instâncias na Terra Firme. O máximo que se percebe é a construção de quadras esportivas dentro das escolas, que vem atender as necessidades curriculares delas, tendo seu uso limitado aos discentes das mesmas.

Durante a pesquisa indagou-se acerca do conhecimento dos moradores de atividades de lazer desenvolvidas pelo poder público no bairro. Estes informaram o desconhecimento de espaços e atividades promovidas pelos gestores de lazer,

Só conheço a UIPP através do PROPAZ que tinha esse polo que eles usavam aqui da UFRA, que ainda tem, mudou de nome, mas ainda tem a oficina de percussão que era do PROPAZ agora mudou aí pra UFRA”. Todos os contemplados são os moradores do bairro. Da prefeitura não vi, se existe eu não tô sabendo. (Liderança comunitária, pesquisa de campo, 2019).

Não. Quem faz aqui o lazer é próprio pessoal, por exemplo a maioria é voltado pra bola e pra quadra. Tem uma turma que sai daqui as 7 horas lá pra São Domingos pra banda de lá tem alguma coisa, umas quadras. (Liderança comunitária, pesquisa de campo, 2019).

Apesar dessa carência de políticas públicas de lazer no bairro da Terra Firme existem espaços que podem ser utilizados para esse fim e assim contemplar as necessidades dos moradores. As lideranças apontam espaços de instituições que poderiam ser cedidos ou mesmo desapropriar terrenos públicos que se encontram sem uma utilidade definida por parte do poder público para a construção de espaços de lazer.

O bairro da Terra Firme tem espaços públicos que podem ser utilizados para oferecer atividades públicas de lazer para seus moradores. Existem também movimentos e, coletivos que demonstram que com poucos recursos é possível fazer muito, no entanto é necessário que o poder público exerça seu papel e formule políticas públicas de lazer para o bairro, e dote de estruturas adequadas para tal. Assim a partir do lazer é possível mudar a realidade que a Terra Firme vive seja pela ausência de vários serviços necessários para seus moradores, seja pela falta de incentivo e opções de lazer.

Possibilidades...

Cientes da importância do lazer para o desenvolvimento de uma sociedade, detectou-se que o bairro da Terra Firme é carente de equipamentos públicos e de atividades de lazer. Os poucos equipamentos existentes estão em espaços fechados que são as quadras das escolas públicas e que mal conseguem contemplar seus próprios estudantes. O lazer oferecido por esses equipamentos é limitado a prática de esportes, o que não contempla a gama de possibilidades que o lazer

tem a oferecer.

As políticas públicas de lazer são ações que não são prioridades na agenda dos agentes públicos, principalmente para bairros periféricos como a Terra Firme. O que existe na realidade é um “lazer marginal”, efetivado à margem do poder público, uma vez que tal atividade não se constitui prioridade pela gestão municipal e estadual. Apesar da lacuna existente no bairro e da existência de movimentos de reivindicações dos moradores por políticas públicas e ações sobre saúde, segurança e saneamento básico para ele, o lazer não se configura como prioridades destas demandas, ou seja, a própria comunidade desconhece a importância do lazer.

Embora existam grupos que promovam atividades culturais, esportivas e artísticas para os moradores do bairro. Esses grupos se organizam e se sustentam por conta própria durante o ano todo para manter suas atividades. Elas ocorrem em espaços improvisados, casas de membros do grupo, outros são espaços de entidades públicas, mas não existe uma formalidade, o que compromete a continuidade da atividade e isso prejudica as ações dos grupos que não tem como manter uma agenda permanente e nem garantir atender um número significativo de pessoas, tendo um alcance restrito, inibindo as possibilidades de desenvolvimento socioambiental sustentáveis, restringindo as vivências de experiências individuais e coletivas e do estabelecimento de redes de sociabilidade no referido bairro a partir do lazer.

As políticas públicas de lazer para o bairro podem ser implementadas de inúmeras maneiras, inclusive em parceria com as demais instituições existentes no mesmo. A Terra Firme tem infraestrutura e espaços subutilizados, que poderiam ser dinamizados para o lazer contemplando grande parte de seus moradores.

A democratização dos espaços e equipamentos das escolas públicas já aconteceram antes e podem acontecer novamente preenchendo uma parte da lacuna causada pelo poder público para amenizar a ausência do lazer para os moradores do bairro.

O lazer pode se constituir em uma prática coadjuvante no processo de educação não formal local para os moradores da Terra Firme. O poder público poderia promover o fomento de atividades em prol do lazer a partir dos coletivos locais com a promoção de capacitação e financiamento de projetos cuja iniciativa seja de profissionais do bairro que já atuam na área. Outra possibilidade seria esclarecer e informar a comunidade da importância do lazer e seus desdobramentos. E criar espaços para o lazer com equipamentos que contemplem todas as faixas etárias e que também seja inclusivo para portadores de necessidades especiais.

Assim pensar e planejar o lazer enquanto direito e possibilidade para a Terra Firme, é pensar a gestão pública de maneira transversal, propiciando, garantindo um direito constitucional e fortalecendo também políticas públicas de segurança, educação, ambiente e cultura, interrelacionado o lazer com a dinâmica de memórias, identidades e práticas nas *urbis* amazônicas, estabelecendo novas relações socioambientais qualificadas que sinalizam o direito à cidade, à natureza e o desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, C. de F. S. de M. Ponto de memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-PA. 2016. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016 Disponível em: <http://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CAMILA%20MOURA%20ALC%C3%82NTARA.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ALVES JUNIOR, E. de D.; MELO, V. A. de. Introdução ao lazer. São Paulo: Editora Manole, 2003.

ANDRADE, C. P. de; MARCELLINO, N. C. O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações. *Licere*, 14(2), p.1-17. 2011.

BAHIA, M. C., COSTA, M.C., CABRAL, D.M.; CARAVELAS, D. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008, p. 59-78.

BONALUME, C. R. O Lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População Montese (Terra Firme) – Belém*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CAMARGO, L. O. L. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 2017.

COUTO, A. C.O. Narcotráfico na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. 2010, 167f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

DAVIM, R. M. B.; DANTAS, S. M. M.; LIMA, V. M. de; LIMA, J. F. V. O lazer diário como fator de qualidade de vida: o que pensa um grupo da terceira idade. *Ciência, Cuidado e Saúde Maringá*, v. 2, n. 1, p. 19-24, jan./jun. 2003.

DUMAZEDIER, J. (1999). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva/SESC (Col. Debates, n. 164).

GOMES, C. L. *Lazer: trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMA, 2008.

GOMES, C. L.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos – Belo Horizonte*: Editora UFMG, 2010.

LIRA, A. do S. O. C. *Coletivo Terra Firme: comunicação e cidadania na periferia*. 2018., Dissertação. 2018, 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Instituto de Letras e Comunicação/ Universidade Federal do Pará, Belém. 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/10243/1/Dissertacao_ColetivoTerraFirme.pdf. Acesso em: 28 ago.2019.

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional: In: MÜLLER, A.; COSTA, L. P. da (Orgs.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

NOVAES, R. S. A dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do Pará, Belém. 2011. Disponível em: http://ppgss.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/2009/raquel_santos_de_novaes.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

PENTEADO, A. R. Belém do Pará: Estudos de geografia urbana (2^o v.). Belém, PA: UFPA, 1968.

QUARESMA, L.A.B., ALFAIA, N. A. T.; BARBOSA, H. D. de A. (2020). “As Sonoras”: lazer e sociabilidade na periferia de Belém-PA [Brasil]. 1960 a 1970. In: Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 12(3), pp. 523-536, 2020.

O SUBÚRBIO BELENENSE EM TEMPO DE FESTA: LAZER, SEGURANÇA PÚBLICA E ESPACIALIZAÇÃO FESTIVA EM MEADOS DO SÉCULO XX

Elielton Benedito Castro Gomes¹

Um “Marajó” nos Jurunas

O jogo, embora tenha contra si uma campanha drástica por parte de toda a imprensa do país, toma vulto assustadoramente nessa época.

O indivíduo conhecido por Nenê-Pai-do-Campo, está tomando todas as providências para inaugurar, dentro desses dez dias, na baiúca do bumbá “Pai do Campo”, no Jurunas, um cassino dansante, instalado em um pavilhão adrendemente armado, um pic-kup afim-de arrastar às danças as infelizes criaturas do bairro, para dar um ambiente festivo ao antro de perdição, onde o pano verde constitue uma ameaça constante à esperança da felicidade, Será êsse o substituto do “Marajó”? (FOLHA VESPERTINA, 28/04/1945, p. 5)

O final da primeira metade do século passado se constitui, em Belém do Pará, como um período no qual diversos espaços de lazer e sociabilidade passaram a se proliferar cada vez mais, sobretudo, nas imediações suburbanas da cidade². Por essas paragens, locais nos

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Bolsista CAPES. e-mail: elieltonbcgomes@bol.com.br

² O termo subúrbio, utilizado nesse texto, se refere a alguns espaços urbanos espalhados pela capital paraense, dentre os quais, se encontram os bairros do Guamá, Condor e Jurunas. Esse termo, corriqueiramente utilizado pela imprensa para designar essas paragens, aparecem, algumas vezes como lugar de vadiagem e de grande periculosidade tanto para aqueles que nele viviam, como para aqueles que por ele transitavam diariamente. Outras vezes, o subúrbio belenense surge, nas páginas de jornais, revistas e livros de memória, como lugar de lazer, brincadeiras e relações afetuosas entre os sujeitos que por ali se encontravam. Como observa Tony Leão da Costa, o subúrbio belenense, composto pelos mais diversos tipos sociais, criavam os caminhos de uma Belém “distante” da “cidade”, embora, muitos

quais eram constantes as realizações diárias de festas e reuniões socioculturais, a presença de oficiais ligados à fiscalização de bares, sedes, clubes e demais espaços de entretenimento, bem como ao controle das condutas exercidas por aqueles que nesses logradouros viviam ou transitavam, eram quase que ininterruptas.

A assertiva exposta na nota “Um “Marajó” nos Jurunas”, publicada no jornal *Folha Vespertina* de 1945, aponta elementos importantíssimos para que possamos entender, em alguns aspectos, como que esses lugares eram fiscalizados e percebidos por parcela significativa da sociedade belenense. Essa fiscalização pode ser entendida a partir do momento em que o jornalista indica a presença do “pano verde” como uma constante ameaça aos divertimentos daqueles que nessas imediações viviam ou buscavam formas de aproveitar o “tempo livre” em busca de distrações nos “antros de perdições” ou, até mesmo, somar, através de trabalhos informais, como, por exemplo, garçons, segurança e vendedores ambulantes, à sua renda mensal familiar.

O termo “pano verde”, exposto na nota em questão, é visto aqui relacionado à cor dos uniformes daquele que prestavam policiamento na cidade. Embora associados ao controle e amenização dos conflitos existentes pelos bairros suburbanos de Belém, principalmente em espaços de lazer e sociabilidade estabelecidos nessas imediações, esses “panos verdes”, geralmente, eram vistos, diante da nota em questão, como aqueles que ameaçavam, a todo custo, as alegrias daquelas “infelizes criaturas” que se encontravam divertindo por esses logradouros.

dos bairros suburbanos de Belém, geograficamente, se encontrassem nas proximidades do centro. Sobre isso, consultar: COSTA, Tony Leão da. “Música de Subúrbio”: cultura popular e música popular na “hipermargem” de Belém do Pará. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2013.

Esses, geralmente, eram contatados pelos diretores das sedes e clubes em funcionamentos no período em questão, bem como pelos próprios moradores que se sentiam violados, diante das badernas praticadas por sujeitos que, embriagados pelo álcool ou ainda diante do frenesi proporcionada pela noite festiva, saíam, caminhando pelas ruas, executando diálogos alterados, incomodando o descanso daqueles que, geralmente, cedo, na noite, se retiravam aos seus aposentos para que, no dia posterior, pudessem dar continuidade a sua vida laboral. Isso pode ser observado na coluna “Fatos Policiais”, no jornal A Província do Pará, do dia 05 de janeiro de 1950, página de número 2.

Embriagado Ofendia A' Moral

Foi, ontem prêso no Posto do São Braz o individuo Manuel Figueira da Cruz, paraense, pardo, solteiro, de 39 anos, residente à travessa Caldeira Castelo Branco 569. Embriagado, Manuel ofendia a moral na via-publica.

Além das arruaças e conflitos presentes nesses espaços suburbanos, os quais exigiam, quase que diariamente, a presença da segurança pública por esses logradouros, outro fator que também motivara a circulação desses oficiais por essas imediações está associada à prática clandestina de jogos, provavelmente, de azar.

É importante destacar, nesse caso, o teor crítico adotado pelo jornal face às práticas de jogos comuns entre aqueles que viviam ou transitavam pelo subúrbio belenense do período, o que pode ser explicado tanto pelo posicionamento do jornalista, diante do “vulto assustadoramente” que se proliferam os espaços de jogos nessas imediações, bem como as “campanhas drásticas” que a imprensa de todo país, sobretudo à que a nota foi publicada, em conter, nesses espaços, o avanço

dessas práticas vistas, pela mesma, como ilegais.

Desde pelo menos o início do século passado, diversas ações policiais, instigadas, muitas vezes, pela imprensa que circulava pelos vastos espaços do Brasil, foram organizadas e executadas pelos representantes da segurança pública do país. Por conta disso, diversas pessoas foram levadas a julgamento tendo em vista responder por ações, percebidas por esses oficiais, como impróprias. No entanto, é durante o governo do então presidente Getúlio Vargas, mas precisamente entre as décadas de 1930 e 1940, que essa onda repressiva, advinda do Poder Público, contra a prática de Jogos de Azar, se torna mais intensa (TOCARTO, 2009).

No Pará do final do XIX e início do XX, como observam as historiadoras Maria de Nazaré Sarges e Franciane Gama Lacerda, essa repressão, advinda dos setores de fiscalização da intendência, revelava o poder desses fiscais a partir dos atos violentos, marcados “pela intimidação, por fraudes, por medo”, direcionados àqueles que, diariamente, saíam do subúrbio, ou transitando pelo mesmo, e que ganhavam a vida através de trabalhos informais e, geralmente, desaprovados pelo Estado (LACERDA; SARGES, 2009).

Sobre isso, Sidney Chalhoub observa, a partir dos estudos sobre o Rio de Janeiro do início do século XX, que tais ações moralizadoras revelavam, influenciadas também pelas notícias do gênero presentes na imprensa do período, a busca por estigmatizar as experiências de lazer colocadas em práticas por sujeitos, geralmente homens, que viviam no subúrbio. Esses, comumente apontados nas folhas das gazetas dentro de estereótipos do tipo “desordeiros” e “vadios”, destoavam das propostas civilizadoras impostas pelos códigos de posturas republicanos da época que objetivavam transformar esses homens em “ordeiros” e “trabalhadores” revelando, a partir de então, hábitos

compatíveis com os costumes burgueses do período (CHALHOUB, 2001), hábitos esses assentados dentro de valores e princípios éticos bem definidos e de larga difusão em todo esse período, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, que, ao longo do tempo, refletiam-se para as capitais dos demais estados do Brasil (SEVCENKO, 2003).

Reflexos das ações policiais praticadas para com os moradores suburbanos, do final do século XIX e início do século passado, podem ser percebidos ainda nos meados do século XX, embora com menos intensidade. A nota que abre o texto em questão revela a busca de donos de espaços de lazer e sociabilidade, bem como daquele que por esses lugares buscavam afogar “as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano” (CHALHOUB, 2001, p. 257), através das providências exigidas por lei, em estabelecer nessas imediações espaços de entretenimento que pudessem somar aos já existentes por essas paragens, dificultando, assim, as ações policiais, bem como os subornos que, comumente, eram praticados pelos oficiais da segurança pública, revelando, nesse caso, o processo de luta e resistência de sujeito que viviam nessas imediações.

Em Belém do Pará, as notícias em torno das festas populares realizadas nessas paragens, não deixaram de ser publicados nas páginas dos periódicos que circulavam na capital paraense. De fato, em meados do século XX, embora essas festas se destacassem nas páginas de jornal e revistas publicadas à época, indicando a alegria e satisfação daqueles que delas participavam e ou as organizavam, os conflitos estabelecidos, sobretudo nos espaços dançantes suburbanos e/ou em suas proximidades, intensificavam-se nas páginas desses periódicos, revelando, a partir da visão daquele que trabalhavam nas gazetas locais, suas impressões

acerca daquela parcela da *urbe*.

Assim, um possível leitor desses impressos, poderia, influenciado pelos discursos daqueles que tomavam notas publicadas nessas folhas sobre os momentos de lazer e sociabilidade, bem como acerca dos espaços em questão, perceber essas imediações enquanto locais de grande periculosidade, na qual a ordem, por meio de policiamento, deveriam se fazer constantes. Nesse caso, parecia ser dobrado o trabalho a se fazer, principalmente, por parte dos organizadores das festas e dos diretores e associados dos clubes suburbanos, em desconstruir, por meio de convites e notas publicados nos jornais do período, essa visão acerca das *matinais*, *vespertinas* e *soirées* dançantes promovidas nos bairros suburbanos da cidade.

Festas Populares e espacialização festiva no subúrbio belenense

Dentre os principais festejos populares realizados e vividos por significativa parcela da população belenense, encontram-se as festas do Carnaval, as festas juninas e a do círio de Nossa Senhora de Nazaré. Desde muito tempo, essas experiências festivas fazem parte dos momentos de lazer de pessoas que viviam pelos mais variados espaços da capital paraense, estando elas situadas no subúrbio ou no centro da mesma.

Dentre esses bairros suburbanos, três se destacam às margens do rio Guamá (Guamá, Condor e Jurunas³), percebidos e vivenciados por seus moradores de

³ Localizados nas margens do rio Guamá, os bairros do Guamá, Condor e Jurunas, apresentados pela imprensa de meados do século XX, como espaços localizados no subúrbio da capital paraense, eram áreas geograficamente próximas do centro da cidade, nas quais, comumente, poderiam ser encontrados loteamentos clandestinos, cedidos ou alugados, onde vivia uma população de baixa renda. Esses espaços suburbanos apareciam diversas vezes em textos jornalísticos como locais nos quais a “vadiagem” e a “desordem” se faziam presente constantemente. Mesmo diante das caracte-

maneiras diversas. Esses bairros podem ser compreendidos como espaços de trocas – materiais e/ou simbólicas – por se tratar de lugares de circulação de sujeitos, provenientes ou não dessas paragens, que trazem consigo saberes, capitais – simbólicos e sociais –, inovações e criatividades.

Mesmo noticiados pela imprensa local e percebidos por parcela da população belenense como espaços violentos e de grande periculosidade, o Guamá, a Condor e o Jurunas são bairros nos quais pode ser percebida uma vida cultural ativa, tendo as festas – datadas ou não – ganhado cada vez mais destaques.

Um amplo circuito de festas envolve os bairros em questão, promovidas nas ruas, bares, sedes e clubes que se encontravam por essas imediações. Essas festas, por diversas vezes, acionavam uma rede de sujeitos que, de alguma maneira, estavam diariamente conectados (familiares, amigos, vizinhos, chegados), extrapolando, muitas vezes, as teias sociais criadas pelos próprios moradores de cada um desses espaços.

Nessas áreas próximas a beira do rio Guamá, grande era os números de espaços dançantes, como, por exemplo, os clubes que estavam geralmente ligados às práticas desportivas, bem como à outras atividades sociais, sendo essas beneficentes ou, até mesmo, aquelas que objetivavam promover a divulgação e manutenção, do que era percebido por seus diretores e associados, como componentes do folclore regional, “é o caso dos grupos que saem às ruas com os seus “bois”, sempre acompanhados por uma quantidade razoável de pessoas de vários matizes, homens, mulheres e crianças. Por vêzes, o batuque se prolonga durante tôda a noite” (PENTEADO, 1968, p. 313).

terísticas citadas, no subúrbio belenense, em relação aos demais espaços da capital do Pará, havia maior contato e maior afetividade entre as pessoas, o que poderia ser também observado durante os eventos festivos realizados nesses espaços.

Diferente do que aponta o geógrafo Antônio Rocha Penteado, quando o mesmo afirma que na segunda metade do século passado essa valorização do folclore, em conjunto com os bailes carnavalescos, eram “as poucas distrações encontradas pela população local” (PENTEADO, 1968, p. 313), esses bairros, no final da primeira metade do século XX e nos demais anos posteriores aqueles de 1940, tinham um amplo circuito de festas. Exemplo disso, são as notícias de brigas nos espaços de lazer e sociabilidade espalhados por essas imediações, bem como os convites de festas que circulavam, quase que diariamente, nas folhas de jornais e revistas de Belém do Pará no período em questão.

Dentre esses espaços de lazer e sociabilidade espalhados pelo Guamá, Condor e Jurunas, destacam-se aqueles que, até os dias de hoje, compõe as opções de lazer dos moradores desses arrabaldes, bem como de sujeitos que se direcionam de outros bairros para essas imediações.

Muitos desses espaços de diversão, espalhados pelos bairros suburbanos, localizados nas margens do Guamá, foram fundados antes mesmo dos anos de 1940. Dentre eles, existe aquele inaugurado no ano de 1915, em uma das principais vias do bairro do Jurunas: o São Domingos Esporte Clube. Além desse, temos ainda, em funcionamento, a sede de festa do “Leão Jurunense”, mais conhecido como Imperial Esporte Clube, situado na Avenida Fernando Guilhon, antiga rua Conceição.

Nas proximidades desses dois *loci* de práticas esportivas e de lazer, se encontra o Rancho Não Posso Me Amofiná, barracão carnavalesco de uma das principais escolas de Samba do Jurunas e que, a cada ano, vem abrilhantando o carnaval paraense e se destacando entre as demais agremiações carnavalescas de Belém.

Tomando os caminhos do Jurunas, em direção ao rio, chegamos ao bairro da Condor, mais precisamente à Praça Princesa Isabel, na qual se encontra o afamado Palácio dos Bares. Esse espaço de festa, assim como os demais citados, continua em funcionamento e foi responsável por revelar, desde os anos de 1950, nome de sujeitos sociais (artistas, animadores, festeiros, etc.) no cenário festivo de Belém.

Os bailes dançantes, bem como os espaços de festas, como observa Antonio Maurício Costa, tiveram intensa relação com o mercado de entretenimento que se desenvolvia em Belém do Pará nos finais dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, sendo, muitas vezes, “capitaneados pelas apresentações das, assim chamadas pela imprensa da época, “picarpes” ou “sonoros”, antepassados das atuais aparelhagens” (COSTA, 2015, p. 28).

Diferente dos conjuntos musicais que tinham destaques nas festas realizadas nos clubes “aristocráticos” da capital, as “picarpes” tinham presenças acentuadas, animando os eventos festivos realizados em clubes suburbanos ou em festejos de ruas localizadas em áreas afastadas do centro. É importante deixar claro que a presença desses aparelhos sonoros não se limitava apenas aos espaços localizados no subúrbio de Belém, embora sua presença tivesse destaque nesses ambientes, como foi anunciado no jornal O Liberal de junho de 1953.

“SANTO ANTONIO NA ROÇA”

Realiza-se hoje à noite, uma festa dançante na sede do Clube Atlético Relampago, “Santo Antonio na Roça”, à travessa Caldeira Castelo Branco, nº. 1122, canto com a rua Silva Castro (bairro do Guamã), ao som do afamado “Sonoro Barnabé”, de propriedade de D. Corrêa e irmão (JORNAL O LIBERAL, 12/06/1953, p. 04)

Essas “picarpes” e sonoros, sinônimos do sistema de som capaz de se deslocar para diversos espaços de festas, desde os finais dos anos 1940, vinham se tornando marcas registradas nas festas dançantes do subúrbio de Belém. Esse sistema de som era montado de forma artesanal por pessoas com conhecimento de eletrônica, no qual se encontrava um amplificador de metal e válvula, uma caixa de som pequena, projetor sonoro, conhecido como “boca – de – ferro” e um toca-discos de 78 rotações (a pick – up).

Esses aparelhos de som, de proprietários oriundos principalmente do subúrbio da cidade, em um primeiro momento, estiveram associados principalmente a eventos de aniversário, casamentos ou festas de vizinhança. A partir da sua popularização, ampliaram-se as contratações para outros eventos festivos, em especial os bailes dançantes realizados nos clubes da cidade, principalmente naqueles situados nos subúrbios da mesma.

Talvez, o fato dos donos dos sonoros serem provenientes do subúrbio, assim como os locutores titulares desses aparelhos, explique a forte presença deles nos clubes e nos espaços dançantes localizados em bairros afastados do centro da capital paraense. Como observa Antonio Maurício Costa, esses sonoros tiveram uma importância grandiosa entre a ocorrência das festas em Belém, tendo em vista “não assumir uma posição complementar ao rádio, mas sim ocupar um espaço particular como meio de comunicação ligado a ocorrência de eventos festivos” (COSTA, 2012, p. 06).

Os finais dos anos de 1940 e início dos anos de 1950 foram marcados por diversas transformações no meio urbano belenense como, por exemplo, o intenso processo de migração de sujeitos advindos de espaços rurais, situados nas proximidades da capital paraense,

a divulgação em larga escala de diferentes ritmos musicais e de apelo popular, sendo esses transmitidos via rádio e, principalmente, o período de grande expansão do meio de comunicação de massa, em especial a radiofônica.

Nesse período, em Belém, era comum a intensa difusão, por meio das rádios e também pelos grupos musicais e pelos sonoros, de ritmos como boleros, salsas, congos, merengues, mambos e cúmbias, sendo apreciados como elementos peculiares nos bailes promovidos nos espaços dançantes da capital, sobretudo nos bairros afastados de centro da cidade. No entanto, foi desde pelo menos as primeiras décadas do século passado que esses ritmos latinos, ao lado do samba, começaram a fazer parte do dia a dia do povo paraense, pois os programas das estações estrangeiras estavam fortemente associados aos programas de rádio local do período. Isto acontece exatamente na época em que, após o processo de redemocratização, resultante da derrubada do Estado Novo, assiste-se a uma promoção dos meios de comunicação de massa no país e, principalmente, à forte presença do rádio como um meio informativo e de entretenimento associado à indústria cultural nacional.

As experiências da vida cotidiana colocadas em práticas em bairros suburbanos podem ser entendidas por meios das práticas festivas cidadinas, sendo essas de grande importância no processo de construção da sociabilidade dos sujeitos pertencentes e/ou que se identificam com esses espaços.

Conclusão

Pensar e escrever sobre festas no meio urbano, a partir de uma perspectiva historiográfica, não é tarefa fácil. Em Belém do Pará, os documentos, quando abor-

dam o tema em questão, geralmente destacam alguns episódios atrelados aos crimes, denúncias, convites e, às vezes, notícias um pouco mais extensas a cerca dos informativos festivos a serem realizados na capital paraense, fossem no subúrbio ou no centro da mesma. Quase sempre, essas fontes apresentam uma visão deturpada, vinda dos jornalistas, acerca dos momentos de lazer colocados em prática, sobretudo, em seus bairros suburbanos, direcionando o leitor a perceber esse espaço enquanto área de grande periculosidade, no qual a ordem deveria ser aplicada a todo custo.

É importante perceber, nesse caso, essas experiências festivas suburbanas de meados do século XX, como práticas que desempenharam importantes papéis nas relações entre o espaço e o homem, refletindo os modos em que diversos grupos sociais construía, percebiam, pensavam e concebiam seus ambientes, conferindo, quase sempre, diferentes valores a certos lugares.

Essas experiências festivas foram momentos significativos para se notar formas pelas quais os diferentes sujeitos e setores sociais olhavam uns para os outros, comentavam, justificavam, aceitavam ou reproduziam as múltiplas diferenças e desigualdades, revelando, a cada realização, um pouco da sociedade para qual estava sendo promovida, pois podem ser observadas, também, como ocasiões particulares para pensar a dinâmica e processos de mudanças sociais em um determinado espaço e tempo.

As fontes aproveitadas no texto em questão foram utilizadas em face das diversas referências acerca dos bailes dançantes, bem como de suas animações, realizados no subúrbio belenense. Esses documentos contribuíram, significativamente, para o entendimento dos modelos festivos vivenciados na urbe do período em questão.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª Ed. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2001.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. Festa e espaço urbano: meios de sonorização e bailes dançantes na Belém dos anos 1950. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63. 2012.

COSTA, Antonio Maurício. Cidade dos Sonoros e dos Cantores: estudo sobre a era do rádio a partir da capital paraense. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015.

COSTA, Tony Leão da. “Música de Subúrbio”: cultura popular e música popular na “hipermargem” de Belém do Pará. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2013.

LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. Projeto História, São Paulo, n. 38, jun. 2009. p. 165 – 182.

PENTEADO, Antonio Rocha. Belém – Estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará. Vol. II, 1968.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Jogos do Bicho, Estado e Cidadania: rupturas e continuidades no tempo de Vargas. Aedos, nº4, vol. 2, nov. de 2009. p. 13 – 23.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE IZA CUNHA

Sandra Regina Alves Teixeira¹

Introdução

A pesquisa analisa a participação política no espaço público da História da Amazônia na perspectiva biográfica dialogando com a História Social e Cultural, sobre uma das principais mulheres que destacaram-se na militância política: Isabel Marques Tavares da Cunha, conhecida como Iza Cunha de codinome “Maria”, que através da luta clandestina na Ditadura Militar atuou em organizações populares de trabalhadores e movimentos sociais pautando-se como uma liderança feminista, na formação política, além de principal referência dos Direitos Humanos na Amazônia.

Utilizou-se a abordagem qualitativa examinando matérias veiculadas em blogs e sites; periódicos tais como o jornal “*Resistência*” (1979 a 2013), o qual era colaboradora, localizado no CENTUR; documentos institucionais da FASE, SPDH, questionários aplicados aos que conviveram cotidianamente com Iza Cunha, além de entrevistas.

Historicamente, os homens dominaram o público e atribuíram a ele a sua própria condição de existir (ARENDDT, 1991), posteriormente as mulheres ocuparam espaços público-políticos nos movimentos

¹ Mestre em Direitos Fundamentais (UNAMA). Esp. Processo Penal, Civil, Constitucional e Trabalho. (MAURICIO DE NASSAU) Esp. Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia (ESMAC). Esp. em História Social da Amazônia (UNAMA). Esp. em Docência no Ensino Superior na Amazônia (UFPA). Conselheira Estadual dos Direitos das Mulheres (SECULT). Comissão de Direitos Humanos/ Colaboradora (OAB-PA). Historiadora (UFPA). Bacharel em Direito (UNAMA). Docente SEDUC/ESMAC. Técnica em Gestão Cultural (SECULT). sandra.educacao@gmail.com

sociais e partidos políticos, na luta por direitos fundamentais das mulheres, em todo o Brasil, em especial no Pará, destacando-se alguns perfis sociais, históricas militantes, políticas, sindicalistas, consolidando a luta pela efetivação dos Direitos Humanos, através da organização do Movimento Social de Mulheres Campo e Cidade e Movimento Feminista na década de 60, 70 e 80 na Amazônia

IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA – IZA CUNHA

Adentrar no universo sobre a trajetória de uma militante política do período militar brasileiro na sociedade paraense, é uma tarefa árdua, por inúmeros motivos: 1- existem poucas notícias/reportagens/produções acadêmicas sobre sua história de vida veiculadas nas redes sociais; 2- raríssimas matérias jornalísticas no próprio periódico intitulado: “Jornal *Resistência*”² no qual Iza Cunha era colaboradora e escrevia esporadicamente; 3- muitos homens e mulheres que conheceram Iza Cunha recusaram-se a responder os questionários ou conceder entrevistas e 4- outros (as) desconheciam o perfil sócio-político da militante dos Direitos Humanos na Amazônia.

Logo, percebi a importância da História Cultural e Social, considerando as experiências sociais de uma mulher amazônica, protagonista nas discussões de Gênero e Direitos Humanos, na preservação de sua memória, além do desafio de escrever um ensaio na

² Segundo o jornalista Paulo Roberto Ferreira “Foi para contrapor ao discurso único, imposto pela ditadura, que surgiu também, em Belém, o jornal *Resistência*, órgão da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), em fevereiro de 1978. O periódico assumiu um lado, o lado que não tinham vez e nem voz. Por isso mesmo recebeu marcação cerrada dos órgãos de segurança e informação. Seus integrantes eram espionados em 1977 (quando foi fundada a SPDH), pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa)” In: FERREIRA Paulo Roberto. *A Censura no Pará. A mordaca a partir de 1964* (registros de Depoimentos). Belém Pará Paka-Tatu. 2015. p. 165.

perspectiva biográfica, pois conforme asseverou Benito Schmidt: “é uma das tarefas fundamentais do gênero biográfico na atualidade é [exatamente o de] recuperar a *tensão*, e não a oposição, entre o individual e o social” (SCHMIDT, 1997.p.12).

O periódico *Resistência* de março de 1981, veiculou uma extensa reportagem intitulada: “Tortura O Inferno de Iza Cunha”, no qual a Historiadora e coordenadora do CIPES-Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais, denunciou as torturas e atrocidades cometidas durante a repressão militar, vivenciada no período em que esteve presa de 30 de dezembro de 1971 a outubro de 1972, sendo que durante 04 meses na cela do DOP’S, considerado um período de alta tensão porque constantemente ouviam-se gritos e surras de presos comuns.

Em outubro de 1973 Iza Cunha, grávida de 02 meses, foi intimada para um julgamento em Juiz de Fora no qual teve uma condenação de 6 meses, porém já tinha sido cumprida pena de 10 meses e segundo ela “sobravam 4 meses”, voltando para Belém sem o marido Humberto Cunha, que ficou em Juiz de Fora para cumprir a pena de mais de 3 meses e meio, uma vez que sua condenação foi de 18 meses de prisão.

Na reportagem Iza Cunha descreve os inúmeros tipos de torturas vivenciadas nas dependências do DOI CODI tais como: “pau de arara, choques elétricos (nos dedos e mãos com descarga de mais e 60 volts, “estendendo-se pelo ânus, língua, vagina e no corpo todo”), tapas, telefones (tapas no ouvido com as mãos em forma de concha, socos, câmara de tortura”. Além das atroz ameaças de ser “currada por 5 homens em um Volks”, hodiernamente intitulado de estupro coletivo, e com o possível desaparecimento do seu corpo. Relatou que foi torturada pelo Sargento Davi, conhecido como Dr. Sócrates que:

“Despida, apertava o bico dos meus seios, como quem queria arrancá-los; depois sentou-me a força em um vaso sanitário onde jogava água gelada dentro dos meus órgãos genitais. Parecia um louco, desesperado, os olhos a saltar, parecia transtornado, Olhei firme para ele e mandei-o fazer isso com a mãe dele. Ele respondeu que a mãe dele não era uma subversiva era uma santa mulher. Era um sádico e tenho quase certeza que chegava ao orgasmo quando fazia isso. Ficava irritadíssimo e nervoso quando fitava-o, firme nos olhos; voltava a torturar-me”. (JORNAL RESISTENCIA, 1981, p 20)

O site intitulado: “*Brasil Nunca Mais Digital- Sumário do BNM 054*”, traz informações gerais sobre a Primeira Fase do Processo e Recurso ao Superior Tribunal Militar. A organização/partido ou setor social a ser atingido era a Ação Popular conhecida como AP que Izabel Marques Tavares militava clandestinamente, sendo denunciada pelo Ministério Público Militar sob a acusação de “Agrupamento perigoso à Segurança Nacional. Classificação do crime alterada na sentença por agrupamento prejudicial à Segurança Nacional. Fundamento legal da acusação Artigo 43, do Decreto-Lei nº 898, de 1969. Classificação do crime alterada na sentença para art. 14, do mesmo Decreto-Lei”³

A denúncia foi realizada em 13 de abril de 1972, o processo tramitou na Justiça Militar de Minas Gerais-Auditoria da 4ª CJM- Juiz de Fora e a data da sentença foi em 09 de outubro de 1973 com o resultado do Julgamento: “Humberto Rocha Cunha à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão e **Izabel Marques Tavares, à pena de 6 meses de reclusão. Absolvição dos demais acusados. (grifo meu)**”⁴

³ BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html. Acesso em: 10 mar 2019.

⁴ BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html. Acesso em: 10 mar 2019.

Destarte, refletir sobre o Processo da Justiça Militar, é relevante para a construção de campos de possibilidades no sentido do conhecimento histórico na perspectiva da História Cultural e Social, pois conforme analisou Carlo Ginzburg propicia adentrar no universo de determinados sujeitos sociais⁵, tais como as mulheres, antes excluídas na História, visto que, funcionam como ‘fio do relato, que nos ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade’⁶.

Assim sendo, ao examinar o depoimento no processo de Iza Cunha contestando o seu algoz, torturador e violador de seus direitos fundamentais, conforme asseverou Michelle Perrot: “Por sua falta de respeito, sua ironia, sua espontaneidade, a palavra das mulheres é cheia de subversões. Ela mantém esta reserva, esta distância que permite aos humildes preservar a sua identidade. Salvar sua memória”. (PERROT , 2005. p. 217). Isto posto é importante dar voz a essa mulher Iza Cunha, que sofreu violações concernente ao princípio da dignidade da pessoa humana, analisando seu perfil social, suas experiências sociais, políticas e culturais na sociedade paraense da década de 70 a 90, tornando-se referência na militância política em defesa dos Direitos Humanos na Amazônia.

Em entrevista⁷ concedida a Edilza Fontes, Humberto Cunha marido de Iza Cunha afirmou que na época em que eram namorados deslocaram-se para Minas Gerais a convite da Direção Nacional AP (em São Pau-

⁵ GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 205.

⁶ GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, Falso, Fictício. Tradução de Rosa Freire d’aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.p.7

⁷ FONTES, Edilza Joana Oliveira A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso em: 04 mar 2019.

lo, para reorganizar ao Partido na região de Belo Horizonte uma vez que todos foram presos (a organização abrangia os estados de Minas Gerais, Brasília e Goiás), Iza Cunha acompanhou o futuro marido militando na clandestinidade.

Em 1978 Iza Cunha atuou com Humberto Cunha em uma atividade da FASE no RJ e foram convidados para participação do Comitê Brasileiro da Anistia, trouxeram para Belém que fez parte de um núcleo da Anistia dentro da SPDDH com dupla vinculação, discutindo a anistia em assembleias e com apresentação da carta de princípios da SPDDH, o que possibilitou fundar depois de 10 anos o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Compreende-se o processo da trajetória política da mulher militante, pois conforme afirmou Vavy Pacheco Borges: “os problemas de interpretação de uma vida são riquíssimos, nesse caso nos defrontam com tudo que constitui nossa própria vida e a dos que nos cercam (...) Atualmente a biografia, como aliás quase tudo mais, é vista como parte da história. Fala-se em um retorno da biografia”. (BORGES, 2004. p.288).

Iza Cunha foi professora formada em História, militante política de organizações clandestinas e diversos partidos tais como: APML (Ação Popular Marxista Leninista), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PRC (Partido Revolucionário Comunista), e PT (Partido dos Trabalhadores) sendo candidata ao parlamento no início da década de 90, coordenadora do CIPES Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais, fundou o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e SDDH (Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos), ocupando o cargo de Presidente. Colaborou na implementação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém sendo posteriormente Presidente. Segundo Neide Solimões:

“O principal papel de Isa Cunha na Amazônia foi na organização das mulheres trabalhadoras rurais por seus direitos trabalhistas e pelo direito à terra. Nessa tarefa foi primordial, também, sua defesa do meio ambiente, contra a primeira proposta de construção da usina Belo Monte, contra os grandes projetos que destruíam a floresta e os rios, e defesa dos povos indígenas(...). Como Historiadora, feminista e ativista dos Direitos Humanos foi uma mulher à frente do seu tempo, fazendo múltiplas palestras contra o machismo e em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres com trabalhadores do campo e cidade”⁸

Elisete Veiga Maia, companheira de militância de Iza Cunha relatou que auxiliou na “organização das operárias da Castanha para participação no Sindicato da categoria, com realizações de reuniões, pautas reivindicatórias de trabalho, passeatas e muitas mobilização das mulheres que tinham uma concentração nos bairros da Condor e Jurunas”⁹.

Portanto interpreta-se que Iza Cunha rompe com o modelo de perfil social feminino (MATOS, 1997, p. 84-113) vigente nas décadas de 70, 80 e início dos anos 90, no qual a mulher deveria estar inserida apenas no espaço privado, doméstico cuidando da casa, marido e filhos, porém ao ocupar o espaço público no campo político e social era representada por muitos de seus companheiros (as) de militância como “uma mulher à frente do seu tempo”¹⁰, por conseguinte des-

⁸ SOLIMÕES. Neide Rocha Cunha. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email em 11 de novembro de 2018 às 11:11h A Farmacêutica Servidora Pública Federal argumenta que conheceu Iza Cunha “em meados de 1968 (...) em plena efervescência das lutas estudantis contra a ditadura militar”, tornando-se posteriormente cunhada de Iza Cunha, pois a mesma casou-se no civil com seu irmão Humberto Cunha.

⁹ MAIA. Elisete Veiga. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email 30 de janeiro de 2019 às 03:53 h.

¹⁰ CAREPA. Ana Júlia. A ex Governadora do Estado do Pará (a primeira e única mulher a governar o Pará) afirma que: “Iza Cunha teve um papel social muito relevante na Amazônia. Foi uma mulher à frente do nosso tempo. Foi uma liderança que influenciou positivamente muitas pessoas, mulheres

constrói a naturalização dos papéis sociais de gênero no qual “ a Igreja, e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa. Na rua era outra coisa” (PRIORE, 2014, p. 19).

Considerações finais

A importância da trajetória política de Iza Cunha como mulher e militante está representada simbolicamente na Comenda Iza Cunha normatizada pela Resolução nº 22 de 11 de agosto “que homenageia com medalhas outorgadas em 2004 e nos anos seguintes para personagens femininas , que prestam serviços relevantes à sociedade paraense, em Solenidade Especial na Assembléia Legislativa do Pará e na Câmara dos Vereadores de Belém no Dia Internacional da Mulher, valorizando a memória de uma mulher que deixou um legado de luta e exemplo nos Direitos Humanos no Estado do Pará. Nada mais do que justo tal comenda pois conforme preconizou Michelle Perrot: “As Mulheres têm uma história (...) A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. (PERROT, 2017. p.15-16).

Percebe-se que a trajetória política de Iza Cunha, é eivada de uma “visão marxista, o materialismo histórico e dialético, no entendimento da opressão da mulher” (TOLEDO, 2017, p. 16), participando no debate e implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres na sociedade paraense tais como: “moradia digna, memorável campanha em defesa da educação com a reivindicação da criação das creches e a garantia de vagas para zerar o déficit por meio da

especialmente”. Entrevista aplicada através de Questionários respondidos por email em: 25 de janeiro as 13:51 h .

ampliação da rede de escolas públicas”

Portanto Iza Cunha com o conhecimento histórico, político e social, contribuiu na garantia e efetivação dos Direitos Humanos, organização dos movimentos sociais, participação política partidária e de gestão, além da militância na sociedade civil. Eliana Fonseca argumentou que: “Iza foi uma mulher de uma identidade feminina impar aparentemente frágil, delicada, e de uma vasta humildade, expressa a cada exemplo de mulher forte, destemida, aguerrida, sem temer, sem dar passo para trás a não ser por estratégia, para dar um passo em seguida”, isto posto era representada por muitos, como “uma mulher à frente do seu tempo”, no qual sua História e Memória devem ser preservadas como mulher amazônida, em um contexto de outrora pautado em imagens de trajetória de lutas e resistências dos diversos perfis sociais femininos.

Referências Bibliográficas

ARENDT Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Ro de janeiro: Forense. Universitária, 1991.

BORGES Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia Gabrielle Brune- Sieler, uma Vida (1874-1940). IN: BRESCIANI Stella e NAXARA Márcia (org.) Memória e (Res) sentimento Indagações sobre uma questão sensível. Campinas SP. Editora da Unicamp. 2004. p.288.

BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html. Acesso em 10 mar 2019.

CARVALHO. Luiz Maklouf. Tortura. O Inferno de Iza Cunha. Resistência. Março de 1981. Ano IV. n. 22. Disponível em: www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p. Acesso em: 06 mar 2019. CUT-PARÁ. “Mulheres recebem a medalha Isa Cunha na ALEPA e reivindicam medidas para a calamitosa situação da grande maioria das mulheres no Pará”. 12/03/2014. Disponível em: <https://cut.pa.org.br> Acesso em 17 marc. 2019.

EDMILSON RODRIGUES DEPUTADO ESTADUAL DO POVO.” Ex Deputada Araceli recebe medalha do Legislativo”. Disponível em: <http://www.edmilsonbritorodrigues.com.br/ex-deputada-araceli-recebe-medalha-do-legislativo/> Acesso em: 17 mar 2019.

FERREIRA Paulo Roberto. A Censura no Pará. A mordaza a partir de 1964 (registros e Depoimentos). Belém Pará Paka-Tatu. 2015. p. 165

FONTES, Edilza Joana Oliveira A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso: 04 mar 2019.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 205.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, Falso, Fictício. Tradução de Rosa Freire d’aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.p.7.

JORNAL RESISTÊNCIA. Resistência à ditadura o embrião da luta por Direitos Humanos no Brasil. 02/02/2012. Disponível em: <https://jornalresistenciaonline.blogspot.com>. Acesso em 17mar 2019.

MATOS, Maria Izilda. Outras Histórias: as Mulheres e estudos de gênero-percursos e possibilidades (org). Gênero em Debates. São Paulo. Edusc. 1997, p. 84-113. A autora se detém na análise dos novos perfis de comportamentos masculinos e femininos através da categoria analítica de gênero.

PERROT Michele. A Mulher Popular Rebelde, In: As Mulheres e os silêncios da História. Bauru. SP, EDUSC. 2005. p. 217.

PERROT Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo. Contexto. 2017. p.15-16.

PRIORE Del Mary. Histórias e conversas de Mulher. 2ª ed. São Paulo. Planeta. 2014.p.19.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas. Aproximações e afastamentos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, n.19, 1997.,p.12.

TOLEDO, Cecília. Gênero e Classe. Org Alicia Sagra. São Paulo Sundermann, 2017.p.16.

MEMÓRIAS ESCOLARES NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM BELÉM DO PARÁ NOS ANOS DE 2007 E 2010

Érika Viviane Barbosa Akel Fares¹

Introdução

Este texto sintetiza a pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação lato sensu em Educação de Jovens e Adultos para Privados de Liberdade ofertada pela Universidade Federal do Pará e que teve como objetivo, analisar, a partir da memória de um jovem que foi interno da medida socioeducativa, como se deu a escolarização nas unidades de internação e de que forma ele avalia como inclusão social o processo de escolarização vivido por ele ao longo de sua vida, assim como, quais sentimentos são evocados quando este relembra de sua internação.

Sempre desejei escrever sobre a escolarização na medida socioeducativa, pois além da minha atuação como docente nessa modalidade educacional, considero relevante para a história da Educação que se faz neste Estado, visto que este tema na socioeducação ainda é relativamente recente para a academia, e quando apareceu a oportunidade, não hesitei em me dedicar a ela.

Inicialmente pensei em utilizar a documentação da própria FASEPA como fonte primária, mas fui demovida da ideia, quando ouvi relato de servidores da dificuldade em ter acesso, posteriormente desejei buscar as memórias de servidores, ouvia história de

¹ Professora de história em unidade de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei via convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA.

um servidor que teria sido interno do EREC, enfim, eu vislumbrava inúmeras possibilidades para chegar ao meu objeto.

Contudo, considerei relevante pesquisar como se deu o processo de escolarização nas unidades de internação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, de acordo com a memória de um adolescente que foi internado em períodos diversos, em especial os anos de 2008 e 2010, quando houve profundas mudanças e reorganizações na instituição.

“Marvin” foi o nome escolhido por meu interlocutor que, na época de realização da pesquisa era um jovem de 22 anos, estudante da Universidade Federal do Pará, bolsista e militante do movimento estudantil. O trabalho consistiu em uma História de Vida (BARROS, 2007), que metodologicamente, foi construído conforme as orientações da História Oral (ALBERTI, 2006).

Escolarização na socioeducação no Pará

Em seu capítulo IV, o Estatuto da Criança e do Adolescente trata das sanções aplicadas a adolescentes que praticaram atos infracionais, em ordem crescente de severidade se aplicam: advertência, obrigação de reparação de dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

No que se refere aos direitos dos adolescentes privados de liberdade, o Estatuto, no artigo 124, prevê que os internados devem: receber escolarização e profissionalização; ser tratado com respeito e dignidade; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, receber visitas; entrevistar-se pessoalmente com representante do Ministério Público; ser informado da sua situação processual.

Entre estes direitos gostaria de destacar a Educação, que na internação deve ser igualmente assegurado, visto que o único direito perdido por este adolescente foi o de ir e vir. O Estatuto prevê no artigo 53 que toda criança e adolescente deve ter acesso a esta, visando seu desenvolvimento, preparo para seu exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

No Pará, em 1993, como forma de garantir atendimento a crianças, adolescentes e familiares que demandassem de proteção especial e executar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, foi criada a Fundação da Criança e Adolescente do Pará – FUNCAP (MONTEIRO; ALVES, 2012, p. 32).

Em 1994, a fim de garantir o direito a escolarização de adolescentes sentenciados a cumprir medida socioeducativa de internação foi celebrado o primeiro convênio da FUNCAP com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), este fato criou demanda que reforçaria a luta para que fossem criadas condições físicas, políticas e pedagógicas para o atendimento escolar dos adolescentes.

O Projeto Político Institucional, da atual FASE-PA foi apresentado à comunidade socioeducativa, operadores do sistema e a sociedade civil organizada em 2009, processo que se iniciou em 2007 com levantamento de dados e a escuta de 466 sujeitos da comunidade socioeducativa (adolescentes, pais, servidores e gestores) assim como agentes do Sistema de Garantia de Direitos para elaborar diagnóstico do atendimento entre os anos de 2005 e 2007. Entre conferências e escutas, esperava-se que este debate chegasse às salas de aula existentes em todas as unidades de internação da instituição.

No sistema socioeducativo, a escola deve ter centralidade em relação a todas as demais atividades pedagógicas desenvolvidas nas unidades de internação.

A escolarização deve possibilitar, de maneira geral, que os adolescentes aprendam um conjunto de conhecimentos que os ajuda a se localizarem no mundo e colabore com seu regresso, permanência ou continuidade na rede regular de ensino (VOLPI, 2011, p.34).

Esta escola deve estar ligada a rede formal de ensino, não podendo ser uma escola alternativa dentro da própria instituição, seu calendário, proposta pedagógica, metodologia e currículo devem ser desenvolvidos com o objetivo de garantir a inserção dos adolescentes na educação básica.

Quanto ao projeto educacional das unidades de internação, ressalta-se que “a finalidade maior, inclusive daqueles privados de liberdade, deve ser a formação para a cidadania” (VOLPI, 2011, p.30) ressalta que cabe aos governos estaduais garantir formas descentralizadas de gestão e que esteja centrado na necessidade e especificidades de cada unidade de internação, a proposta pedagógica da escolarização deve estar em consonância com o que exige a Constituição e o ECA, coerente ainda com a política Estadual de Direitos, que deve ser definida pelo Conselho Estadual de Direito da criança e do Adolescente.

Memórias de Marvin

Era o ano de 2010, Marvin lembra bem que era o mês de agosto, àquela altura o processo de reestruturação da então FUNCAP estava em andamento, seu PPI já havia sido publicado e os procedimentos, pareciam estar mais difundidos entre seus servidores. Marvin, que já havia tido um primeiro encontro² com o sistema

² Estudos demonstram que adolescentes reincidentes em atos infracionais, não tiveram acesso a políticas de cultura esporte e lazer, tornando-se muito vulneráveis às drogas e ao crime, como forma de inserção social disponível (TEJADAS 2007, p. 247), e Marvin recorrentemente em suas falas expressa o desejo de ter acesso a bens culturais, e na expectativa que tinha com rela-

socioeducativo ao infracionar, sentiu esta diferença.

Ele foi encaminhado para o Centro de Internação do Adolescente Masculino, localizado no Conjunto Sideral, em Belém do Pará.

Marvin, que à época estava no ensino médio, nos relatou que houve uma grande elevação na qualidade da escolarização recebida por ele. Lembramos que a esta altura a equipe já era composta por profissionais efetivos e que haviam recebido uma mínima formação em direitos humanos antes de ingressarem nas unidades.

Melhoraram, a gente gostava de ir pra aula. As aulas eram mais dinâmicas. Tinha um Datashow. Não um Datashow, Datashow, mas rolava. Tinha aula de biologia. Já. Tinha um professor de biologia que era uma piada. Não lembro direito dos nomes dos professores. Alguns tentavam preservar o nome deles. Eles só davam sobrenome. Tinha um professor de biologia que falava: (...) Ele era gordo. O professor de artes estava lá de novo. E ele falava uns palavrões lá e falava: “Olha, não vão falar pro pessoal que eu tô falando besteira pra vocês.” Assim: “Olha, vocês lavem a piroca de vocês. Se vocês não lavarem vai ficar assim.” Aí ele mostrava umas fotos da piroca do cara toda ver-ruguenta. “E quando for pegar, vê se tá cheirosinho. No homem se pegar doença, aparece logo. Na mulher demora mais.”

Foi grande a surpresa ao saber que as salas de aula eram superlotadas, contrariando toda e qualquer orientação da legislação, Marvin falava em números em torno de 30, alunos numa sala, o que para os padrões as socioeducação, é um número muito elevado, visto que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo preconiza que hajam no máximo 10.

É porque no Sideral era muita gente por sala. A sala tinha trinta, quarenta alunos. Na Almirante não. Eram dez, quinze alunos. Era bem menor. Era uma galera até mais velha. Era uma galera que vinha do

ção ao fato da escola poder ser este lugar de acesso.

Sideral com a gente. O pessoal que veio, que pegou fuga com a gente.

Possivelmente, a destruição de parte do prédio do CIAM sideral tenha feito com que acontecesse esta superlotação das salas de aula, assim como a existência de alunos jovens entre os adolescentes, o que igualmente vai contra o que preconiza a legislação, assim como o próprio PPI da instituição.

Também nos surpreendeu saber que em 2008 nos alunos não eram tratados pelo nome e sobrenome, mas sim por números nas salas de aula, o que acaba por tornar o atendimento distanciado e impessoal, contrariando as normativas:

Por que tipo, a gente não era chamado por nomes, eram chamado por número. O professor chamava... Era por números. Então em dois mil e oito, eu tenho certeza que eram muitos alunos. Em dois mil e dez a gente era chamado por nome ou sobrenome. Mas eu tenho certeza, era muita gente que tinha aula comigo. Tinha um professor... Se a gente não quisesse ser identificados, a gente não se identificava. Mas eles chamavam a gente por um número.

E foi igualmente nesta situação de limitação física, mas de comprometimento, em que Marvin descobriu o gosto pelos estudos, foi com o professor e MC Bruno B.O que Marvin teve seu encontro com a sociologia e com a política, que são duas das mais marcantes características deste hoje jovem.

Hoje em dia eu gosto de estudar. Antigamente estudava pra passar. Eu peguei o gosto de sociologia lá, gostar de história, geografia. Sim. Comecei a gostar de política lá. Na aula de sociologia a gente falava.

Havia mais recursos que na unidade provisória, entretanto, as limitações pedagógicas ainda eram grandes, dadas a escassez de material didático, a aparente presença de turmas multiseriadas também algo

a ser lamentado, assim como a falta de profissionais suficientes para lidar com a demanda, visto que ao que parece os alunos assistiam somente as aulas específicas do ensino médio em sala separada:

Tinha livros didáticos, tinha uma bibliotecazinha. Assim, não tinham tantas coisas pra fazer. Não tinha muito assim... Dever de casa. Mas era porque a gente não tinha casa né? Mas não tinha aquilo... Tipo de passarem trabalho, tarefas pra gente, era aula. E aí era matemática, português e... Física, química. Que eram menos pessoas. Porque tipo, as aulas de sociologia, história, geografia, era uma turma. Tinha professores que eram... Sérios e tinham professores que eram porra loucas. Tinha professores que davam aula pra gente aqui e davam aula pra gente lá. Estavam no Sideral mas eles vinham. Já no Sideral eram mais certinhos. Português, matemática, história, geografia, inglês. Tinha até inglês.

Entretanto, segundo relato de Marvin a equipe demonstrava ajudar aos adolescentes a construir planos e sonhos, assim como colocar a universidade como uma meta possível a ser alcançada, ressaltando as políticas de inclusão já existentes em 2010:

E tinha um tempo que teve uma ajuda pra quem quisesse passar no vestibular lá. Quem quisesse passar, tinha uns professores que davam aula pra no máximo três, quatro pessoas. E a gente levava o materialzinho, tudo bonitinho pra sala.

Fazer-se presente na vida do educando não é algo que não pode ser transferido, um dom específico de alguns educadores, é uma característica que pode ser alcançada, contundo para que ela se desenvolva é preciso se dispor interiormente, possuir abertura, sensibilidade, compromisso, pois para Costa (1999. P.59) “A presença não é alguma coisa que se possa apreender apenas no nível da pura exterioridade”. Ela se apreende na prática, no dia-a-dia do trabalho, juntamente com a teoria.

A tarefa do educador é fazer tudo que está ao seu alcance, para que, enfim, o educando descubra e comece a trilhar o seu caminho. Assim percebida, a liberdade é muito mais que a não-restrição. Mais do que a condição, ela é, acima de tudo, o produto do processo educativo frequentemente laborioso e difícil (COSTA, 1999, p. 86).

E com relação a planos para o futuro a escolarização também teve um papel fundamental, pois a tentação para que se empreendesse fuga existia, mas Marvin se mostrou comprometido a fazer planos:

*Porque eu queria mudar de vida. Eu já tinha dezesse-
te, meu próximo passo era detenção. Psicólogo tentou
me convencer, me ouviu. Porque se eu tentasse pular,
entende? Meu destino era passar um tempo lá e ir em-
bora depois. E tinha um tempo que teve uma ajuda
pra quem quisesse passar no vestibular lá. Eu acho
que se eu não tivesse passado pela medida, eu acho
que hoje estaria na prisão. Porque depois da medi-
da... Foi um caminho doloroso. Eu falo mal, eu sou
revoltado por causa disso, mas... Depois de ter con-
versado contigo eu vejo que não havia um caminho
melhor pra mim. Acho que se eu tivesse continuado
na rua... E se eu não tinha sido pego? E se seu não ti-
vesse sido internado? E se eu não tivesse tentado me
tratar? Me sentia respeitado. E por alguns eu me sen-
tia querido. Porque... Todos nós que estávamos na-
quela situação, tentamos conversar entre a gente...
Teve gente entre nós que fez merda? Teve. Agora a
galera mais próxima que eram mais amigos, a gente
tentou se tocar. E sempre tinha aquele papo: “Ama-
nhã vocês já são adultos. Amanhã é Americano. No
Americano é oitenta negos em uma cela. Já pensou
quebrar a porrada com oitenta negos? Mas também
tinha que botar a mão na consciência, tinha que ter
uma outra alternativa pra gente. No período eu sen-
tia que eu queria sair dali. Então eu tinha que seguir
as regras. Mas de certa forma era menos pior. Naque-
le momento serviu, mas eu não tinha noção de com-
preender entende? Eu ainda era muito jovem pra di-
zer o que acontecia com a minha vida. Mas tem certas
coisas que eu aprendi lá que eu carrego hoje em dia.*

Diferentemente do que muitos pensam socializar não é submeter o jovem as normas e leis de uma determinada sociedade, socialização esta que visa o interesse da sociedade, de transformar esse jovem num ser apto de conviver sem causar danos ao corpo social. Socializar vai muito além de se adaptar a ordem estabelecida, é estimular a ética pessoal, buscar ajudar para que o jovem encontre a si e os demais, fazendo-o perceber a importância de cada um na sociedade, os direitos e deveres de cada membro. Assim sendo o adolescente passará a perceber as relações que ocorrem no mundo e julga-las de formas positivas e negativas podendo se posicionar, indagar, se rebelar contra a injustiça e opressão. Nesse sentindo Gomes da Costa alega:

A verdadeira socialização, portanto, não é uma aceitação dócil, um compromisso sem exigências, ou uma assimilação sem grandeza. Ela é uma possibilidade humana que se desenvolve na direção da pessoa equilibrada e do cidadão pleno. (COSTA, idem, 73).

E Marvin levou estas reflexões para a vida, menos por conta de políticas públicas que por compromisso pessoal e grande empenho em superar as dificuldades vividas, em especial relativas a drogadição. Aquele ano escolar foi perdido por Marvin, o que demonstra os problemas do estigma, pois nenhuma escola o quis receber, e sua família decidiu investir em sua reabilitação em clínica terapêutica.

Marvin entrou na Universidade Federal do Pará através das cotas sociais, o que demonstra a importância destas políticas de inclusão social de jovens, a fim de garantir o desenvolvimento de resiliência, que é de suma importância para se entende o fenômeno da reincidência, visto que a perda de sentimento de pertencimento acaba por repercutir nas vivências posteriores. A violência seria uma forma de tentativa de ter

visibilidade e inserção, seria uma forma de garantir identificação e sentimento de pertença.

A resiliência pode ser desenvolvida a partir do fortalecimento das relações familiares, redes sociais de apoio que devem ser garantidas pelo Estado através de políticas (TEJADAS, 2008, P.233), e a política de cotas, a meu ver é uma ação que garante a inserção de jovens oriundos da periferia. É importante que seja proporcionado aos jovens vítimas de vulnerabilidade sejam criadas possibilidade de práticas e convívios sociais baseadas no respeito e empoderamento.

Marvin pode ser visto como um exemplo de êxito do alcance das tímidas políticas de inclusão criadas no Brasil na primeira década dos anos 2000, uma juventude que luta para que estas sejam garantidas e ampliadas.

As entrevistas são tão ricas que tentamos ao máximo aproveitá-las, através das transcrições, espero ter conseguido transmitir a força e a intensidade de sua narrativa, mostrando o amadurecimento institucional que a instituição viveu ao longo deste intervalo de tempo, assim como os processos pessoais que Marvin, sua família e sua comunidade passavam.

No ano de 2010 eu já era professora do convênio SEDUC/FASEPA, e muito me alegra ver o avanço que a equipe trouxe para o atendimento, ajudando estes meninos e meninas e seguirem suas histórias com a certeza de que é possível construirmos uma sociedade mais justa e menos desigual.

Termino o texto preocupada com o cenário proposto para a Educação no Pará, que vulnerabiliza a adolescentes e jovens através da crescente precarização e desvalorização dos espaços escolares e trabalhadores da educação. Mas fico feliz com a certeza de que o atendimento oferecido pelo convênio SEDUC/FASEPA avançou ainda mais desde o ano de 2010, e que agora

contamos com uma escola recém criada, e que a equipe se mostra determinada em construir um Projeto Político Pedagógico que atenda as necessidades dos atores envolvidos, e de posteriormente lutar para que este seja implementado.

Eu de minha parte, espero com este trabalho ter dado minha humilde contribuição para que sigamos neste processo, sabendo das dificuldades a serem enfrentadas, mas com a certeza de que é possível contribuir no processo de inclusão de adolescentes e jovens que passam pela MSE.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. “Fontes Orais: Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2.ed. – São Paulo: Contexto, p. 155-202. 2006.

BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: Reflexões sobre o método de História de Vida. In: Mosaico: estudos em psicologia, Vol. I nº 1 (p. 25-35), 2007.

Brasil - Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Lei de N° 8.069, de 13 de julho de 1990.

COSTA, A. C. G. Presença da Pedagogia: Teoria é praticas da ação socioeducativa. São Paulo: Global, 1999.

MONTEIRO, Regina; ALVES, Laura. Memórias de escola de adolescentes em conflito com a lei: violência, criminalidade e educação. Belém: Gutemberg, 2012.

TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e ato infracional: As múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: edPUCRS, 2007.

VOLPI, Mario et al. Adolescentes Privados de Liberdade. 5 ed, São Paulo:Cortez. 2008.

VOLPI, Mario (org). O adolescente e o ato infracional. 9ed, São Paulo: Cortez, 2011

O CINEMA E O ENSINO DE HISTÓRIA NA SOCIOEDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO FEMININO

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante¹

Por que usar o cinema no Ensino de História na Socioeducação?

O processo educativo, no contexto da socioeducação, é marcado por profundas dificuldades, derivadas das experiências pregressas dos alunos, e de sua condição de alguém em cumprimento de medida socioeducativa, tais quais, a privação de liberdade, o seu histórico de abandono escolar, a eventual dependência - acompanhada de abstinência do uso de álcool e de drogas - e, a grande rotatividade de alunos, que ficam enturmados só enquanto dura o cumprimento da medida socioeducativa, o que, em geral, não se inicia nem se encerra com o ano letivo vigente.

Nesta situação, acreditamos que os filmes são extremamente úteis para motivar os alunos em privação de liberdade, atraindo o interesse deles para o debate de temas históricos e ajudando-os a enfrentar as suas dificuldades de concentração durante as aulas. Acreditamos que a formação de um cidadão competente para a vida em sociedade, atualmente, sobretudo na socioeducação, inclui a necessidade da apropriação crítica e criativa de todos os recursos técnicos existentes e a disposição da sociedade (BELLONI, 2012, p. 5-6), por parte do aluno, sendo um desses recursos o cinema e a discussão que ele é capaz de motivar em sala de aula. Neste sentido, não podemos esquecer que, nas sociedades contemporâneas, a importância dos meios

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: geraldo_cavalcante@yahoo.com.

de comunicação e, mais recentemente, das tecnologias de informação, é muito grande em todas as esferas da vida social, o que trás conseqüências claras para os processos culturais, comunicacionais e educacionais (BELLONI, 2012, p. 32)

Nesse quadro, devemos analisar a escolarização que costuma ser oferecida aos adolescentes internados nas mais diversas regiões de nosso país. Em uma pesquisa realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (SP), Teixeira (2013, p. 192) destaca que, aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, é oferecida uma escolarização formal semelhante ao das escolas em que eles construíram suas trajetórias. Nesta pesquisa, Teixeira buscava compreender como eram demarcadas as trajetórias escolares dos adolescentes antes da prática do ato infracional e após o período de cumprimento da medida socioeducativa de internação. Ela salienta que, por intermédio dos relatos dos jovens, é possível verificar que, nas escolas fora da unidade de internação, as experiências escolares da maioria dos adolescentes foi marcada pela repetência, violência, expulsões, interrupções no estudo e abandono, originados pelas relações estabelecidas no cotidiano escolar, onde predominavam situações de brigas, discussões com os colegas e professores e desinteresse pelo estudo. A autora destaca, ainda, que, nos relatos, predominaram narrativas sobre as inserções dos adolescentes em outros espaços, para além dos institucionais, no horário das aulas, justificadas pela satisfação de estarem com outros grupos ou vivendo outras experiências, que se distinguiam das escolares, ou seja, os relatos indicam que os adolescentes percebem falta de sentido e de utilidade nos estudos, e que isso os levou a não quererem fazer parte desse espaço.

Segundo esta autora, a trajetória anterior do aluno possibilita entender a relação que esses jovens

têm com a escola no interior de uma unidade socioeducativa. Ela acredita que o problema se mantém na escolarização dentro da medida socioeducativa em virtude de haver nesse modelo escolar uma busca pela reprodução da mesma escola por onde esses jovens já passaram, mas com novos aparatos e dispositivos que capturam suas subjetividades, como seguranças que vigiam as salas de aula e a obrigatoriedade de assistir as aulas, que provocam uma relação negativa do adolescente com a escola, que ganha contornos de uma medida judicial a ser cumprida e não de uma nova oportunidade de vida. Teixeira revela ainda que, de acordo com os relatos que analisou, os jovens demonstraram, em seus depoimentos, a percepção de dois processos distintos, um de exclusão dos bancos escolares, marcado pelas relações e tensões estabelecidas no espaço escolar; e outro marcado por uma inclusão imposta, nos preâmbulos do sistema socioeducativo, por apresentar caráter compulsório e obrigatório (TEIXEIRA, 2013, p. 193).

Dias e Onofre (2013, p. 243-244) apresentam uma visão parecida sobre essa questão, pois descrevem a trajetória infantojuvenil brasileira como sendo marcada por processos de institucionalização, exclusão, violência, assistencialismo e pela ausência de direitos. Neste cenário, elas avaliam como positivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois ele consolida e reconhece a existência de um novo grupo político e social, portador de direitos e garantias legais, que não pode mais ser atendido por meio de programas e de projetos isolados e assistencialistas, e que deve receber atenção prioritária, constituindo-se como um cidadão, independente de sua classe social, gênero, raça e religião.

Apesar desses avanços, proporcionados pelo ECA, essas autoras afirmam que, no que se refere à

escola, pesquisas realizadas em âmbito nacional indicam que o fenômeno do fracasso e da evasão escolar é comum entre jovens que cometeram atos infracionais (DIAS e ONOFRE, 2013, p. 245). Desse modo, apesar do processo de mudança na forma de se ver crianças e jovens, que culminou com a visão destes como sujeitos de direitos, e da garantia da educação como um direito do público infantojuvenil, o que se verifica é a dificuldade de se efetivar o direito à educação, de grande parcela dessa população, especialmente, de jovens autores de atos infracionais (DIAS e ONOFRE, 2013, p. 246).

ABDALLA e DE PAULA (2013, p. 308), ao analisar a socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, verificaram que as medidas socioeducativas de internação ainda são pensadas como correlatas às prisões e alvos de políticas públicas de controle da criminalidade pautadas no exercício de disciplinamento dos jovens, em detrimento da execução de projetos político-sociais voltados para o desenvolvimento pleno da subjetividade juvenil.

Essas autoras também avaliam positivamente os avanços legais das últimas décadas, mas reconhecem as dificuldades no cumprimento das leis, afirmando que, de acordo com o Sinase, os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a plena participação na vida social, pois as medidas socioeducativas, além de uma dimensão jurídico-sancionatória, também possuem um aspecto ético-pedagógico, que é substancial, mas muitas vezes negligenciado (ABDALLA e DE PAULA, 2013, p. 310).

Observando essa realidade que nos é indicada por Teixeira, Dias e Onofre e Abdalla e De Paula, notamos que estratégias tradicionais de ensino conseguem apenas e tão somente reproduzir, dentro da medida socioeducativa, a exclusão escolar que o adolescente já sofria quando vivia em liberdade e que o afastava da sala de aula. Desse modo, entendemos que estratégias diferenciadas devem ser pensadas pelos docentes que lecionam em espaços de privação de liberdade. Nesse quadro, o uso dos filmes, que envolve o uso de um certo nível de aparatos técnicos, bem como a apropriação de um discurso e de uma linguagem próprios, tende a possibilitar uma forma de integrar os adolescentes custodiados à rotina da sala de aula. Nesse quadro, pensando do ponto de vista do ensino, podemos considerar o cinema como sendo uma “nova” linguagem centenária, pois apesar de ele haver completado cem anos em 1995, a escola o descobriu de forma bastante tardia, o que não significa que ele não tenha sido pensado, desde os seus primórdios, como elemento educativo, sobretudo em relação às massas trabalhadoras (NAPOLITANO, 2013, P. 11).

Em nossa sociedade, ver filmes se tornou uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais. Podemos perceber que, o homem do século XX, jamais seria o que é hoje se não tivesse entrado em contato com a imagem em movimento, independentemente da avaliação estética, política ou ideológica que se faça do que isso significa. Além disso, muito da percepção que temos da história da humanidade talvez esteja irremediavelmente marcada pelo contato que temos/tivemos com as imagens cinematográficas (DUARTE, 2002).

Apesar disso, e por mais incrível que possa parecer, os meios educacionais ainda vêem o audiovisual como um mero complemento de atividades tidas como verdadeiramente educativas, como a leitura de textos, por exemplo, ou seja, como um recurso adicional e secundário em relação ao processo educacional propriamente dito e, enquanto os livros são assumidos por autoridades e educadores como bens fundamentais para a educação das pessoas, os filmes ainda aparecem como coadjuvantes na maioria das propostas de política educacional (DUARTE, 2002, p. 20). Nesse sentido, A mídia-educação é hoje tão necessária ao exercício da cidadania quanto era a alfabetização no século XIX e, para que esse ideal se torne realidade, é preciso ir bem além da ação militante de mídia educadores de boa vontade: será necessário que a mídia-educação penetre efetivamente nos sistemas de ensino, de modo interdisciplinar e transversal, oficial e integrado ao cotidiano das práticas pedagógicas (BELLONI, 2012, p. XIV), sobretudo na socioeducação, onde os professores lecionam para adolescentes privados de liberdade.

Neste sentido, BURKE (2004, P. 11) oferece uma reflexão muito necessária para os historiadores contemporâneos, a maioria dos quais é docente, afirmando que

(...) Nos últimos tempos, os historiadores tem ampliado consideravelmente seus interesses para incluir não apenas eventos políticos, tendências econômicas e estruturas sociais, mas também a história das mentalidades, a história da vida cotidiana, a história da cultura material, a história do corpo, etc. Não teria sido possível desenvolver pesquisa nesses campos relativamente novos se eles tivessem se limitado a fontes tradicionais, tais como documentos oficiais produzidos pelas administrações e preservados em seus arquivos.

Por essa razão, lança-se mão, cada vez mais, de uma gama mais abrangente de evidências, na qual as imagens têm o seu lugar ao lado de textos literários e testemunhos orais.

Desse modo, acreditamos que o uso freqüente do cinema em sala, nas aulas de história, pode colaborar no sentido de oferecer uma educação diferenciada, atrativa e contemporânea aos socioeducandos, que são indivíduos que possuem, na maioria das vezes, uma série de dificuldades de aprendizagem e de concentração, e pouco desejo de buscar o conhecimento acadêmico, visto por muitos deles como distante e inacessível, em virtude de suas histórias de vida. Cabe, ao docente, adotar estratégias que tornem o cinema e a tecnologia como aliados no processo educativo para adolescentes privados de liberdade.

Estratégias para o uso dos filmes na socioeducação.

Acreditamos que o processo de ensino somente atinge resultados satisfatórios quando o aluno se sente motivado e parte integrante e fundamental deste processo. Neste sentido, cabe ao professor criar estratégias para que o seu aluno se sinta interessado em aprender.

Desse modo, como informamos anteriormente, o produto que desenvolvemos no Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará, é um livro, de caráter paradidático, produzido por nós, em conjunto com as adolescentes do Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), sobre a temática da história das mulheres, intitulado *Nossa história das mulheres: representações do feminino no cinema e na sala de aula*.

Como podemos perceber, o cinema apresenta um grande protagonismo dentro de nossa produção e

pretendemos mostrar como exibimos e discutimos os filmes selecionados com as adolescentes internadas no CESEF.

Sobre a exibição dos filmes, devemos informar que, no CESEF, não existe uma sala de multimídia adequada para este tipo de atividade. Quando necessitamos utilizar filmes em exibições coletivas e multise-riadas, que envolvem a totalidade das adolescentes internadas, realizamos a atividade no refeitório, com o auxílio de equipamentos como o data show, ou TV e DVD.

Na atividade que propusemos, não foi necessário recorrer ao uso do refeitório, pois trabalhamos as temáticas propostas dentro das próprias turmas, a partir da etapa que as alunas cursavam, logo, trabalhamos com grupos pequenos, dentro de sua própria sala de aula. Possuíamos quatro turmas, sendo duas terceiras etapas, uma quarta etapa e um primeiro ano do ensino médio. O equipamento utilizado para assistirmos aos filmes foi o meu próprio Notebook. A maioria dos filmes exibidos constava no acervo da NETFLIX, ou estava disponibilizado no youtube, o que os tornava bastante acessíveis.

Nosso trabalho não consistiu em mostrar os filmes como uma verdade estabelecida, mas como uma narrativa construída sobre o passado, dentre muitas outras possíveis. Neste sentido, seguimos uma rigorosa rotina de estudos, que envolvia duas aulas para cada temática.

Na primeira aula, apresentávamos a temática, entregando para as alunas um texto base, de minha autoria, que era discutido com as alunas, e possuía uma bateria de questões discursivas que deveriam ser respondidas pelas alunas, com base na leitura, nas discussões e em suas experiências de vida.

Na segunda aula, com a temática já apresenta-

da, entregávamos para as estudantes uma ficha técnica na qual constavam informações relevantes sobre o filme, tais quais a sinopse, o nome do diretor, uma lista dos atores principais, sua data de estréia no Brasil, a nacionalidade do filme, o pôster oficial e a duração. Esta ficha também possuía uma bateria de questões discursivas sobre a obra, que deveria ser respondida pelas alunas com base em sua análise do filme e suas experiências de vida. Após apresentar a ficha, exibíamos o filme, discutíamos ele e recebíamos as questões respondidas.

Nas terceiras etapas, que eram as turmas menos amadurecidas da escola, exibimos o filme *A princesa prometida*, uma comédia leve, produzida em 1988, dirigida por Rob Reiner, e vista atualmente como um símbolo cult, que reflete algumas das ideias que as pessoas atribuem ao modo de vida medieval. Neste filme, um avô lê para o seu neto um conto de fadas, em que existe uma linda princesa, lutas de esgrima, piratas e gigantes. Na obra, a princesa Buttercup (Robin Wright) é apaixonada por um jovem e simples camponês, que abandona seu povoado em busca do enriquecimento, para poder casar-se com a protagonista. A narrativa leva Buttercup a acreditar que, em suas aventuras, o camponês foi assassinado por um pirata e, por isso, aceita o noivado com um príncipe, que se mostra um perigoso vilão. No dia do seu casamento, a princesa é seqüestrada a mando de seu próprio noivo, e reencontra seu grande amor, o camponês. O filme narra as adversidades que os dois personagens principais tiveram de enfrentar para finalmente ficarem juntos.

Neste filme, vemos a representação da mulher enquanto um ser frágil, em constante perigo quando sozinha, que só se destaca por características como a beleza e a fidelidade. Esse tipo de representação está de acordo com as ideias de DUARTE (2002, p. 54), que

acredita que a maioria dos filmes representa as mulheres como dependentes e incapazes de tomar decisões acertadas, sobretudo em situações de perigo, e que elas estão sempre em busca de um complemento masculino, cuja presença, além de significar a realização pessoal, sugere segurança e proteção.

A análise deste filme fez parte do terceiro capítulo de nosso livro, intitulado *Preservar o corpo: mulheres na Idade Média, o casamento, a virgindade e a fé*.

Nas quartas etapas exibimos dois filmes, sempre seguindo o procedimento de apresentar cada um deles durante duas aulas, sendo a primeira aula dedicada à discussão da temática proposta, seguida pela resolução de uma bateria de questões discursivas, e a segunda dedicada à exibição do filme, mediante sua discussão e a resolução de questões pertinentes a ele. Essas seqüências didáticas deram origem ao quarto e ao quinto capítulo de nosso paradidático, que receberam os nomes, respectivamente, de *Serão mesmo humanas? A Declaração dos direitos do homem e do cidadão e seus impactos para as mulheres* e *As mulheres, as máquinas e a guerra: o avanço na conquista de postos no mercado de trabalho*.

Na construção do quarto capítulo optamos pela exibição do filme *Adeus minha rainha*. Lançada em 2013, esta obra, dirigida por Benoît Jacquot, e estrelada por Léa Seydoux e Diane Kruger, tenta narrar a vida como ela era no Palácio de Versalhes, no momento da tomada da Bastilha, evento que levou muitos nobres, cortesãos e servos ao desespero. O filme retrata vários casamentos entre nobres, realizados por interesses familiares, em que não existia grande apego entre maridos e esposas. Além disso, é retratada a situação de profundos contrastes na França, onde vemos uma corte repleta de luxo e de extravagâncias, e o mundo fora do palácio, cercado por epidemias, pobreza e fome. O fil-

me mostra, sobretudo, os excessos da rainha Maria Antonieta (Kruger), que em meio às moléstias e aos riscos que corria, após a tomada da Bastilha, parecia apenas se preocupar com a perda dos seus luxos e privilégios, assim como a maioria das mulheres do Palácio. No filme, a personagem principal é Sidonie Laborde (Seydoux), uma jovem que, assim como muitas cortesãs, nutria uma grande adoração pela rainha, mas era apenas utilizada por ela como um brinquedo em seus planos. Mostrar alguns episódios importantes do início da Revolução Francesa sob o ponto de vista de uma mulher que não pertence à alta nobreza é, provavelmente, o grande mérito desta obra, segundo as alunas do CESEF.

Na construção do quinto capítulo, de *Nossa história das mulheres*, optamos por exibir um filme que não trata necessariamente da Revolução Industrial, mas que revela algumas das mazelas que as mulheres sofriam no mercado de trabalho, em Londres, no início do século XX. Tratasse do drama *As sufragistas*, um filme de 2015, dirigido por Sarah Gavron, estrelado por Carey Mulligan, que conta com a participação de Meryl Streep. O filme revela a luta da personagem principal, Maud Watts, uma simples trabalhadora de uma lavanderia, sem formação política, pelo direito ao voto feminino. Este filme mostra uma série de abusos que eram cometidos pelos homens, em um mundo de recente industrialização, contra as mulheres, no ambiente de trabalho, que incluíam abusos físicos, sexuais, psicológicos, além de uma jornada de trabalho exaustiva, que incluía a criação dos filhos, por mais que, à época, eles fossem vistos como uma propriedade do pai. O direito ao voto é visto pelas protagonistas como a grande esperança para uma mudança no mundo, e para a garantia da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Pelo sonho de um dia poder votar, as personagens desta obra fazem uma série de sacrifícios, como

greves de fome, a perda do emprego, o encarceramento, o abandono da família, dentre outros mais. O final é chocante e vale à pena conferi-lo.

No primeiro ano do ensino médio seguimos o mesmo roteiro de duas aulas por filme, sendo a primeira de apresentação da temática, com discussão e resolução de questões discursivas e a segunda de exibição do filme, entrega da ficha técnica e resolução de questões discursivas. Produzimos, nestas atividades, o segundo capítulo de nosso livro, batizado de *Cidadania? A mulher e suas funções sociais na Grécia Antiga*. Nele discutimos o filme *Jasão e os Argonautas*, filmado por Nick Willing, entre 1999 e 2000, na Turquia, uma versão da lenda em que, chamou atenção das adolescentes, dentre outras representações, o retrato feito do reino das Amazonas, que era composto somente por mulheres, que, nesta obra, receberam Jasão (Jason London) e os seus companheiros com muito luxo e diversos confortos, tramando usá-los para a reprodução e depois sacrificá-los. Uma figura feminina que rouba a cena neste filme é Medeia (Jolene Blalock), a bela guardiã do Tosão de Ouro, uma feiticeira temida que é oferecida em casamento ao destemido Jasão.

Devemos observar que boa parte dos valores e das mensagens transmitidas pelos filmes a que assistimos se efetiva não tanto pela história contada em si, e sim pela forma de contá-la, existindo muitos elementos sutis e subliminares que transmitem ideologias e valores tanto quanto a trama e os diálogos explícitos (NAPOLITANO, 2013, p. 57). Nesse sentido, podemos notar que as principais personagens femininas de *Jasão e os Argonautas* destoam, em grande medida, do ideal imaginado no mundo antigo para as mulheres, tornando-se, assim, perigosas e, por conta disso, sempre botam as missões de Jasão e seus companheiros em grande perigo.

Sobre o envolvimento das socioeducandas com o nosso projeto, elas deram depoimentos bastante entusiasmados, sendo que uma delas afirmou achar chatas as aulas tradicionais e, por isso, aprovou o trabalho com os filmes e, outra aluna informou que, para ela,

“Os filmes me mostraram muitos fatos que eu ainda não conhecia, e hoje em dia foi bom aprender. Hoje em dia já me interessa pela história.”

Outra adolescente agradeceu a exibição dos filmes, pois eles lhe deram a oportunidade de ver várias coisas que ela afirma “nunca ter visto”, o que ela considerou “interessante”.

Como podemos perceber, a exibição dos filmes surtiu o objetivo pretendido, pois atraiu as adolescentes do CESEF para a discussão de temas históricos e a produção escrita sobre eles. Essas adolescentes passaram a se sentir mais motivadas nos estudos e a ver o cinema como uma forma de construir conhecimento e não apenas como uma simples fonte de lazer e de entretenimento.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, Janaína de Fátima Silva & DE PAULA, Maria de Fátima Costa. Execução das medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro: paradigmas e paradoxos. In: JULIAO, Elionaldo Fernandes (org.). Educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: Para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida & MONTEIRO, Ana Maria & REZNIK, Luiz & ROCHA, Helenice (orgs.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ANDRADE, Eliane Ribeiro & PAIVA, Jane. Medidas socioeducativas e projeto político pedagógico: desafios para o atendimento de adolescentes e jovens em privação de liberdade. In: JULIAO, Elionaldo Fernandes (org.). Educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores. Coordenação Técnica de Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. Filhas do mundo: infração juvenil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001.

CONVÊNIO Nº 237/2016: Convênio de cooperação técnica celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, assinado em 14 de novembro de 2016, na cidade de Belém.

CAVALCANTE, Helison Geraldo Ferreira. Superando o fardo: Hayden White e o Ensino de História. In: PADOVANI NETTO, Ernesto (org.). Historiografia e ensino de História: a sala de aula em questão. Belém: Amazônica Bookshelf, 2018.

DIAS, Aline Fávaro & ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. O significado da escola para jovens autores de ato infracional. In: JULIAO, Elionaldo Fernandes (org.). Educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

FONSECA, Thais de Lima e. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de história: Entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: Revista brasileira de História. São Paulo. v. 13, nº 25/26. Set. 92/ago.93.

SOUZA, Percival de. Meninos bandidos atacam e nem sabemos o que fazer com eles. São Paulo: Terceiro Nome: Mostarda, 2006

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2017.

_____ Mulheres públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

_____ Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2017. P. 9.

TEIXEIRA, Joana D Arc. Sistema socioeducativo: as tensas relações entre o punitivo e o educativo. In: JULIAO, Elionaldo Fernandes (org.). Educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Itamar Rogério Pereira Gaudêncio

Doutor em História pelo PPHIST/UFPA; MAJOR da PMPA; Professor da disciplina História da Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar “Cel Fontoura”-APM/Instituto de Ensino e Segurança do Pará-IESP No Curso de Formação de Oficiais e da Escola Superior Madre Celeste- ESMAC nos Cursos de História e Direito. Coordenador do ST 18 - Práticas cotidianas nas urbes amazônicas: reflexão sobre lazer, segurança pública e sociabilidades.

E-mail: itamargaud@gmail.com

Anderson Rodrigo Tavares Silva

Professor de História e Estudos Amazônicos da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Professor do Curso de Licenciatura em História da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA).

E-mail: rodrigo_atsilva@yahoo.com.br

Paulo Henrique Matos de Jesus

Grupo de Pesquisa CNPq em Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias políticas-POLIMT/PPGHis-UFMA.

Lucas Carnevale Machado

Graduado em Licenciatura Plena em história, pela Universidade do estado do Pará (UEPA), Pós-Graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e professor no projeto de extensão popular “Cursinho Alternativo”.

E-mail: lmachado1097@gmail.com

Sidnei Correa de Souza

Faculdade Dom Alberto/Especialização em Turismo e Hotelaria. E-mail: muirakitam@gmail.com

Helena Doris de Almeida Barbosa

Universidade Federal do Pará e Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: hdoris@ufpa.br

Elielton Benedito Castro Gomes

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Bolsista CAPES.
E-mail: elieltonbcgomes@bol.com.br

Sandra Regina Alves Teixeira

Mestre em Direitos Fundamentais (UNAMA). Esp. Processo Penal, Civil, Constitucional e Trabalho. (MAURICIO DE NASSAU) Esp. Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia (ESMAC). Esp. em História Social da Amazônia (UNAMA). Esp. em Docência no Ensino Superior na Amazônia (UFPA). Conselheira Estadual dos Direitos das Mulheres (SECULT). Comissão de Direitos Humanos/ Colaboradora (OAB-PA). Historiadora (UFPA). Bacharel em Direito (UNAMA). Docente SEDUC/ESMAC. Técnica em Gestão Cultural (SECULT).
E-mail: sandra.educacao@gmail.com

Érika Viviane Barbosa Abel Fares

Professora de história em unidade de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei via convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASE-PA.

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: geraldo_cavalcante@yahoo.com.



ISBN 978-659941859-4



9

786599

418594